

**Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
PUC-SP**

Juliana Cristina Scabello

**Processos Culturalmente Emancipatórios na Práxis Profissional do
Serviço Social: Uma Problematização**

Mestrado em Serviço Social

**São Paulo
2023**

Juliana Cristina Scabello

**Processos Culturalmente Emancipatórios na Práxis Profissional do
Serviço Social: Uma Problematização**

Dissertação apresentada à banca
examinadora da Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo,
como exigência parcial para
obtenção do título de MESTRE em
Serviço Social sob a orientação do
Prof. Dr. Antonio Carlos Mazzeo.

São Paulo

2023

Autorizo exclusivamente para fins acadêmicos e científicos a reprodução total ou parcial desta Dissertação de Mestrado por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Assinatura: _____

Data:

E-mail: ju_c_scabello@hotmail.com

FICHA CATALOGRÁFICA

Juliana Cristina Scabello

**Processos Culturalmente Emancipatórios na Práxis Profissional do
Serviço Social: Uma Problematização**

Mestrado em Serviço Social

Dissertação apresentada à banca examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Serviço Social sob a orientação do Prof. Dr. Antonio Carlos Mazzeo.

Aprovada em: _____/_____/2023

BANCA EXAMINADORA

São Paulo

2023

À minha família nada tradicional

Amo vocês

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001, sob processo nº 88887.686721/2022-00.

The present work was carried out with the support of the Coordination for the Improvement of Higher Education Personnel - Brazil (CAPES) - Financing Code 001, under process nº 88887.686721/2022-00.

AGRADECIMENTOS

Não foi fácil chegar até aqui. Nada fácil. Mas cheguei. Tive momentos de depressão, crises de ansiedade, duvidei de mim e da minha capacidade. Mas também me desafiei, fui além do que eu esperava conseguir. Agradeço a esse processo de crescimento pessoal, emocional, profissional e acadêmico.

Agradeço a proteção e a presença de meus orixás e guias nesse e em todas as ocasiões de minha vida.

À minha família “esquisita” e nada tradicional. Maride, meu companheiro de vida e de luta, não tenho palavras para te agradecer. Você sempre acreditou em mim, me apoiou, cuidou, organizou e esteve ao meu lado em todos os momentos. Muito obrigada por batalhar junto comigo pela realização de mais um sonho. Te amo. Às minhas filhas caninas Efigênia e Cora, amores da mamãe, vocês foram leveza, amor, carinho e companhia quando eu mais precisava. Mamãe ama vocês.

Aos meus pais, Silvia e Marcelo, muito obrigada pelo amor, carinho e incentivo, e às minhas irmãs Letícia e Maria Carolina, por todo apoio. Maria Carolina, com sua delicadeza e talento para a arte, me provocou sobremaneira nesta pesquisa. Letícia e Rodrigo (cunhado favorito), apesar da distância enorme e quase intransponível entre Brasil e Austrália, senti todas as boas vibrações que mandavam para mim. Agora, o que dizer do maior amor da minha vida, da minha afilhada quase filha, do meu pacotinho de amor, da minha menininha perfeita e inteligente? Maria Alice, eu, sua Dindú, agradeço o privilégio que tenho só pelo fato de você existir. Nos momentos mais difíceis, nas chamadas de vídeo, seu sorriso me acalmava e me dava forças para continuar, por mim e por você. Estou morrendo de saudades. Amo muito vocês!

À minha querida amiga Marina, minha ex dupla psicossocial querida, potente e aguerrida, pelo apoio e torcida.

Às minhas colegas de trabalho do CRAS Capela do município de Vinhedo.

À Profa. Bia Carvalho, da PUC Campinas, pelo incentivo, dicas e por ter lido meu anteprojeto com tanto empenho e generosidade.

Agradeço ainda à minha querida psicóloga e psicanalista Melina, por seu apoio e parceria nessa viagem de autoconhecimento que tive nesse período. Foi intenso, por vezes doloroso, por vezes chegando a ser prazeroso o mergulho nesse meu cérebro confuso e agitado, nos meus sentimentos e emoções desconhecidas, e na minha descoberta e quase aceitação do meu funcionamento quase atípico. Sou muito grata.

O processo do mestrado foi de muito aprendizado e conquistas. Conheci pessoas incríveis, docentes, amigas/es/os e colegas de jornada que quero e vou levar para o resto da minha vida. À exemplo da Galera do “Terceirão” e às/aos agregadas/es/os. Muito obrigada por tudo, com vocês, a minha caminhada nesse mestrado não foi nada solitária. Foi repleta de acolhimento, de encontros no Bar Tradição, parcerias, risadas e muito aprendizado. Em especial, quero agradecer às minhas queridas amigas Kelly e Thaiz por tudo. Vocês foram suporte, companhia, parceria e até grupo terapêutico quando eu mais precisava. Sempre muito dispostas, generosas e divertidas. Amo vocês!

À turma do NEAM (Núcleo de Estudos de Aprofundamento Marxista) e às/aos colegas do ENPESS/2022 onde fizemos história lá no Rio de Janeiro.

Às/aos professoras/es que tanto ensinaram e compartilharam conhecimentos e experiências. Agradeço à Profa. Carmelita Yazbek, grande referência teórica em minha vida acadêmica e profissional e professora tão querida e altruísta e, especialmente, à Profa. Bia Abramides, que na arguição já acreditou que eu conseguiria. Muito obrigada pela generosidade afetuosa e pelas reflexões críticas e comprometidas que me incentivaram na construção desta dissertação, e também na vida profissional e pessoal.

Ao corpo de funcionários da PUC SP, em especial, a querida Andreia, sempre tão disposta a nos orientar e ajudar nos trâmites tão tortuosos da vida acadêmica.

À Profa. Adrianycce que participou da minha banca de qualificação e da defesa. Muito obrigada pelas orientações e direcionamentos generosos.

E por último e não menos importante, ao meu orientador Mazzeo.

Enfim, agradeço às pessoas que direta ou indiretamente ajudaram de alguma forma a realização desta pesquisa.

SCABELLO, Juliana Cristina. **Processos Culturalmente Emancipatórios na Práxis Profissional do Serviço Social: Uma Problematização**. 2023. pgs. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP), São Paulo, 2023.

RESUMO

Frente às refrações da conjuntura neofascista e ultraneoliberal, as ideias e concepções de mundo da classe dominante ainda impera sobre as classes subalternas nesta sociabilidade capitalista, infiltrando-se em suas experiências sociais bem como em sua consciência e representações da realidade. Nesse sentido, esta dissertação tem a finalidade de, tendo em vista a pesquisa e revisão bibliográfica do arcabouço teórico do Serviço Social e de áreas afins, contribuir para a reflexão teórica e de estratégias possíveis de práxis profissional do Serviço Social que favoreçam a construção e fortalecimento de processos culturalmente emancipatórios, mediados pela arte. Para tanto, debruçou-se sobre o campo da instrumentalidade do Serviço Social em suas dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa, privilegiando a dimensão pedagógica emancipatória, através do método materialista histórico dialético. Engendrar processos culturalmente emancipatórios na práxis profissional do Serviço Social diz respeito a desvelar o conflito entre produção e reprodução da desigualdade social e de resistência e rebeldia, contribuindo para a construção de novos modos de existência e de consciência frente à realidade social de maneira mais crítica, numa perspectiva emancipatória, através da construção de respostas às demandas e necessidades sociais das/es/os sujeitas/es/os a fim de fortalecimento do processo de luta e estimular a participação social em movimentos das classes subalternas que objetivam uma transformação revolucionária.

Palavras-chave: Serviço Social. Instrumentalidade. Práxis Profissional. Arte.

SCABELLO, Juliana Cristina. **Culturally Emancipatory Processes in the Professional Practice of Social Work: A Questioning**. 2023. pgs. Dissertation (Master in Social Work) – Postgraduate Studies Program in Social Work at the Pontifical Catholic University of São Paulo, 2023.

ABSTRACT

Faced with the refractions of the neo-fascist and ultra-neoliberal conjuncture, the ideas and conceptions of the world of the ruling class still prevail over the subordinate classes in this capitalist sociability, infiltrating their social experiences as well as their consciousness and representations of reality. In this sense, this dissertation aims, in view of the research and bibliographical review of the theoretical framework of Social Work and related areas, to contribute to the theoretical reflection and possible strategies of professional practice of Social Work that favor the construction and strengthening of culturally emancipatory processes, mediated by art. To this end, it focused on the field of Social Service instrumentality in its ethical-political, theoretical-methodological and technical-operative dimensions, favoring the emancipatory pedagogical dimension, through the dialectical historical materialist method. Engendering culturally emancipatory processes in the professional practice of Social Work is about revealing the conflict between production and reproduction of social inequality and resistance and rebelliousness, contributing to the construction of new modes of existence and awareness of social reality in a more critical way, from an emancipatory perspective, through the construction of responses to the demands and social needs of the subjects in order to strengthen the struggle process and stimulate social participation in subaltern class movements that aim at a revolutionary transformation.

Keywords: Social service. Instrumentality. Professional Practice. Art.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABEPSS	Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
BM	Banco Mundial
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
ENESSO	Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social
CFESS	Conselho Federal de Serviço Social
CRESS	Conselho Regional de Serviço Social
EUA	Estados Unidos da América
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
FMI	Fundo Monetário Internacional
LGBTQIAP+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans e Travestis, Queer, Interssexuais, Assexuais e Pansexuais
MPL	Movimento Passe Livre
OSC	Organizações da Sociedade Civil
PEC	Proposta de Emenda Constitucional
PROUNI	Programa Universidade da Todos
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores

SUMÁRIO

Considerações Introdutórias	15
Capítulo 1: Hibisco Roxo	20
1.1. Caminhos Analíticos e Reflexivos Percorridos para a Concepção de Processos Culturalmente Emancipatórios	20
1.1.1. Produção e Reprodução Social	22
1.1.2. Relações de Exploração e Opressão à Luz da Teoria Unitária .	34
1.1.3. Processos Culturalmente Emancipatórios	37
1.2. A Arte como Mediação de Processos Culturalmente Emancipatório...	42
Capítulo 2: Fahrenheit 451.....	50
2.1. O Processo Sócio-Histórico de Ascensão do Neofascismo no Brasil e no Mundo	50
2.2. O Neofascismo no Brasil	65
Capítulo 3: A Casa dos Espíritos	81
3.1. E o Serviço Social?	81
3.2. Possibilidades de Construção de Processos Culturalmente Emancipatórios e Práxis Profissional	88
À Guisa de Conclusão	95
Referências Bibliográficas	99

Considerações Introdutórias

Em tempos de crise sistêmico-estrutural do capital e de retórica reacionária e conservadora, problematizar e refletir sobre estratégias profissionais do Serviço Social tendo como projeção e horizonte a emancipação humana é uma necessidade latente.

A conjuntura ultraneoliberal e neofascista se acentuou após o Golpe parlamentar, jurídico e midiático (YAZBEK, 2018) de 2016 contra a primeira mulher a ser eleita presidenta, Dilma Rousseff - articulado pelas classes dominantes e pelo então vice-presidente, Michel Temer, culminando em seu *impeachment* - e com a eleição do presidente Jair Messias Bolsonaro em 2018, o qual representava os interesses da burguesia com a finalidade de ajustar as relações sociais e o Estado para regular estruturalmente as necessidades para a manutenção e avanço do capital.

Trouxe consequências incontáveis para o cotidiano das/es/os sujeitas/es/os - agudização da questão social, reformas trabalhistas e previdenciária, confisco do fundo público, irracionalismo, pandemia da COVID-19, entre outras -, além de transformar e influenciar sobremaneira seus modos de vida, pensar e agir.

Tal contexto, num processo histórico e através dos aspectos que dialeticamente o constituem, desvela a sociedade burguesa como uma totalidade complexa que interfere na singularidade da vida das/es/os sujeitas/es/os que a experiência. Nesse sentido e como supracitado, na particularidade brasileira, essas experiências ganham traços mais degradantes com os retrocessos estabelecidos por esse governo (2019-2022).

Bolsonaro não se reelegeu no pleito de 2022, apesar das ameaças de golpe, tentativas de compras de voto e apoio parlamentar. Contudo, a eleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva não significou que a conjuntura se alterou, visto que organizou sua candidatura no sentido da conciliação de classes com inclinação mais à direita do espectro político brasileiro.

Apesar de Lula ter posturas mais democráticas e ter realizado alguns direcionamentos mais progressistas nos primeiros meses de seu governo, o neofascismo ainda se faz presente na sociedade brasileira e o ultraneoliberalismo ainda é uma faceta traiçoeira em resposta à crise sistêmico-estrutural do capital. Cabe apontar que as ideias e concepções de mundo da classe dominante são as que imperam sobre as classes subalternas nesta sociabilidade capitalista, infiltrando-se em suas experiências sociais bem como em sua consciência e representações da realidade.

Frente a esse cenário distópico e a disseminação desta cultura, legitimada por uma porcentagem da população, torna-se necessário desconstruí-la em prol da emancipação da/e/o sujeita/e/o¹.

O Serviço Social é uma profissão que, em seus diferentes espaços sócio ocupacionais, se aproxima e busca intervir junto ao cotidiano das/es/os sujeitas/es/os, nas múltiplas expressões da questão social, e, portanto, tem locus potente e fértil de práxis profissional no sentido de promover a ampliação do universo informacional das/es/os usuárias/es/os atendidas/es/os nesses espaços, além de ter a possibilidade de favorecer a construção, através de uma relação horizontal, de uma cultura mais democrática, cidadã e ética.

Nesse sentido, esta dissertação tem a finalidade de, tendo em vista a pesquisa e revisão bibliográfica do arcabouço teórico do Serviço Social e de áreas afins, contribuir para a reflexão teórica e de estratégias possíveis de intervenção social do Serviço Social que favoreçam a construção e fortalecimento de processos culturalmente emancipatórios, mediados pela arte. Ou seja, de processos reflexivos que tem a potencialidade de projetar, contribuir e, quiçá, estimular novos modos de existência permeados por valores, tradições, crenças, costumes, etc, mais críticos e tendo como horizonte coletivo, a emancipação humana.

A arte possibilita um mergulho na substância cheia de simbolismos, significados e sentidos dos fenômenos para apreensão da realidade social concreta em sua totalidade e mediações dialeticamente constitutivas. Promove

¹ Utilizou-se nesta dissertação flexão de gênero gramatical, abrangendo pronomes e substantivos finalizados com a letra E com o intuito de incluir/evidenciar uma linguagem neutra.

ainda uma ruptura com o caráter superficial e fragmentado do cotidiano, mobilizando as/es/os sujeitas/es/os a se contemplarem no conjunto do gênero humano e na universalidade. Tais afloramentos de percepções mais ampliadas favorecem a manifestação de processos reflexivos e uma consciência que possam sustentar questionamentos e confronto com a realidade social embebida pela sociabilidade capitalista.

Com isso, a referida investigação requer a compreensão de certos conceitos que nortearam o conhecimento teórico, princípio orientador desta dissertação, e que implicaram na sistemática de sua análise e reflexão crítica. Com isso, debruçou-se sobre o campo da instrumentalidade do Serviço Social em suas dimensões ético-política, teórico-metodológica e técnico-operativa para análise dessas questões, privilegiando a dimensão pedagógica emancipatória, através do método materialista histórico dialético.

A instrumentalidade crítica, tendo em vista a intencionalidade e a direção social, balizada pelo Projeto Ético-Político, que as/es/os assistentes sociais depositam em sua práxis profissional, a orienta na medida em as/es/os sujeitas/es/os apresentam suas necessidades sociais, em seus espaços sócio ocupacionais, as quais expressam a questão social.

Ao deparar-se com essas demandas referenciadas na totalidade social que se manifestam na singularidade, a instrumentalidade pode direcionar a apreensão das determinações sociais que incidem no cotidiano das/es/os sujeitas/es/os e, com isso, instrumentalizar sua intervenção no sentido de socializar informações referentes aos direitos sociais, crítica à sociabilidade capitalista, desencadeamento de processos reflexivos e incentivo à participação em lutas e movimentos sociais, sempre numa perspectiva emancipatória.

Neste viés, o método materialismo histórico dialético proporciona a teoria e meios de análise, de interpretação e de práxis social, pois objetiva o conhecimento da realidade social em sua manifestação fenomênica, através de mediações que a analisam para além de sua mera aparência, num movimento de aproximação do real. Assim, busca conhecê-la em sua essência, compreendendo-a, dialeticamente e em movimento, em todos os seus

aspectos constitutivos, privilegiando a percepção do processo histórico, os antagonismos e conflitos presentes que são passíveis de superação.

Também se aprofundou em categorias chaves analíticas norteadoras que contribuíram para o conhecimento de possibilidades interventivas com projeção emancipatória, no sentido de transformar essa potencialidade abstrata em práxis profissionais concretas e que possam colaborar, juntamente com as classes subalternas, para a transformação social revolucionária.

Destarte, esta dissertação se organizou através de três capítulos, os quais foram intitulados com nomes de livros que elucidam, de alguma maneira, o que será discutido em cada um desses conteúdos. Cabe inferir que os livros e literatura, ou seja a arte em suas diversas expressões, é um meio para a promoção de processos reflexivos, mediação importante aqui analisada junto a práxis profissional do Serviço Social.

No primeiro capítulo, a discussão ocorreu em torno de categorias analíticas e reflexivas que confluíram e contribuíram para a concepção de processos culturalmente emancipatórios, a partir da compreensão das categorias marxianas e da tradição marxista produção e reprodução social, consciência, cultura, emancipação, entre outras.

No segundo capítulo, foi contextualizado o neofascismo no mundo e no Brasil, produto da crise sistêmica-estrutural do capital e do ultraneoliberalismo, suas consequências ideológicas - irracionalismo - e rebatimentos na produção e reprodução das condições de vida objetivas e subjetivas no cotidiano das/es/os sujeitas/es/os.

O terceiro capítulo teve a finalidade de trazer o Serviço Social no cerne desta conjuntura tendo em vista sua práxis profissional, direcionando para o aprofundamento da profissão nesta sociabilidade capitalista, sob o escrutínio de sua condição de trabalhadora/r assalariada/e/o e, concomitantemente, sua direção social tendo em vista os aspectos constitutivos - dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa - da prática profissional, através da dimensão pedagógica emancipatória, assim como seus limites e potencialidades.

Considerando essas notas introdutórias, segue o poema “Mãos Dadas” de Carlos Drummond de Andrade que enuncia o tom desta dissertação. Apesar da conjuntura vivenciada, o poeta expressa a sua compreensão da realidade concreta em suas diversas determinações que submetem a existência das/des/dos sujeitas/es/os, mas que, concomitantemente, é força motriz para transformações sociais baseadas no coletivo e na esperança de um horizonte emancipatório.

Mãos Dadas

Não serei o poeta de um mundo caduco.

Também não cantarei o mundo futuro.

Estou preso à vida e olho meus companheiros

Estão taciturnos mas nutrem grandes esperanças.

Entre eles, considere a enorme realidade.

O presente é tão grande, não nos afastemos.

Não nos afastemos muito, vamos de mãos dadas.

Não serei o cantor de uma mulher, de uma história.

não direi suspiros ao anoitecer, a paisagem vista na janela.

não distribuirei entorpecentes ou cartas de suicida.

não fugirei para ilhas nem serei raptado por serafins.

O tempo é a minha matéria, o tempo presente, os homens presentes,

a vida presente.

Carlos Drummond de Andrade

- **Capítulo 1: Hibisco Roxo²**

A rebeldia de Jaja era como os hibiscos roxos experimentais de tia Ifeoma: rara, com o cheiro suave da liberdade, uma liberdade diferente daquela que a multidão, brandindo folhas verdes, pediu na Government Square após o golpe. Liberdade para ser, para fazer (ADICHIE, 2011)

- **1.1. Caminhos Analíticos e Reflexivos Percorridos para a Concepção de Processos Culturalmente Emancipatórios**

O Governo Bolsonaro (2019 - 2022) com sua agenda permeada por um viés conservador e reacionário foi capaz de influenciar, incidir e até transformar o modo de vida das/es/os sujeitas/es/os. Consolidou ideologicamente seu programa político e econômico, favorecendo um consentimento social de modo a fortalecer uma configuração da acumulação capitalista mais devastadora para as classes subalternas³ - com a exploração cada vez maior da classe trabalhadora, com a radicalização da questão social, desresponsabilização e desproteção do Estado, desmonte das políticas públicas e negação dos direitos.

Esse cenário distópico em que a ideologia dominante - tendo em vista a totalidade que o compõe, as mediações⁴ dialeticamente realizadas bem como a

² Livro escrito por Chimamanda Ngozi Adichie.

Este livro revela conflitos promovidos pela imposição de valores morais/religiosos e negação da própria cultura africana em uma família tradicional da Nigéria, bem como as resistências cotidianas das mulheres dessa família ao ter contato com outras formas de vida, mais livre, perpassada pelas várias manifestações da arte.

³ Categoria associada às condições de vida das/es/os sujeitas/es/os, à exploração, desprovidas/es/os de meios de sobrevivência, além do sentido atribuído por Gramsci - através de uma relação dialética entre Estado, sociedade civil, hegemonia, ideologia, cultura e filosofia da práxis - ligada aos processos de dominação e obtenção de hegemonia na sociedade (SIMIONATTO, 2009).

⁴ Conforme Netto, é uma categoria onde “as relações entre os processos ocorrentes nas totalidades constitutivas tomadas na sua diversidade e entre elas e a totalidade inclusiva que é a sociedade burguesa. Tais relações nunca são diretas; elas são mediadas não apenas pelos distintos níveis de complexidade, mas, sobretudo, pela estrutura peculiar de cada totalidade. Sem os sistemas de mediações (internas e externas) que articulam tais totalidades, a totalidade concreta que é a sociedade burguesa seria uma totalidade indiferenciada – e a indiferenciação cancelaria o caráter do concreto, já determinado como “unidade do diverso” (2011, p. 57 e 58). Assim, as mediações articulam a totalidade e entre as totalidades menos

perspectiva histórica - tem papel preponderante na conformação da sociabilidade e foi debatido no livro A Ideologia Alemã de Marx e Engels. Como podemos ver nos autores

As ideias da classe dominante são, em todas as épocas, as ideias dominantes, ou seja, a classe que é o poder material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, o seu poder *espiritual* dominante. A classe que tem à sua disposição os meios para a produção material dispõe assim, ao mesmo tempo, dos meios para a produção espiritual, pelo que lhe estão assim, ao mesmo tempo, submetidas em média as ideias daqueles a quem faltam os meios para a produção espiritual. As ideias dominantes não são mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, as relações materiais dominantes concebidas como ideias; portanto, das relações que precisamente tornam dominante uma classe, portanto as ideias de seu domínio. Os indivíduos que constituem a classe dominante também têm, entre outras coisas, consciência, e daí que pensem; na medida, portanto, em que dominam como classe e determinam todo o conteúdo de uma época histórica, é evidente que o fazem em toda a sua extensão e, portanto, entre outras coisas, dominam também como pensadores, como produtores de ideias, regulam a produção e a distribuição de ideias do seu tempo; que, portanto, as suas ideias são as ideias dominantes da época (MARX e ENGELS, 2009, p. 67)

Nesse sentido, a partir da apreensão da totalidade social do modo-de-produção capitalista, constata-se que as relações de produção estão intrinsecamente permeadas pelas relações de reprodução num movimento dialético entre e nas mediações. À vista disso, a burguesia detém os meios de produção e, conseqüentemente, suas ideias tornam-se dominantes, uma vez que é a expressão ideal das relações de produção. Mas, ao mesmo tempo, ao ter suas ideias vigentes na sociedade, consolida, idealmente, as relações produtivas materiais - permeadas de relações de exploração e opressão - as quais são sustentadas pela sua aparência imediata percebida nas relações sociais concretas, garantindo, assim, a sua dominação econômica. Ao legitimar suas ideias, portanto, as apresentam “como as únicas racionais e universalmente válidas” (MARX e ENGELS, 2009, p. 69).

Particularizando essa análise, Bolsonaro representou grande parte da classe dominante brasileira - composta pelo agronegócio, capital financeiro e

complexas que a constituem, num movimento dialético, que desvelando os fenômenos através de uma aproximação do real, de sua essência.

industrial - e, com isso, retratou e potencializou a sua ideologia. Incutiu, legitimou e ressaltou, de maneira pungente, manifestações conservadoras e reacionárias, já existentes na realidade brasileira. Entretanto, por mais que Bolsonaro não tenha sido eleito em 2022, parte da população permanece subjugada pelo seu discurso baseado no irracionalismo - permeado sobremaneira na sociabilidade capitalista periférica. Torna-se, assim, necessário favorecer a sua desconstrução tendo como horizonte, mesmo que longínquo, outra forma de organização social tendo a emancipação humana como referência.

- **1.1.1. Produção e Reprodução Social**

As categorias produção e reprodução social, numa perspectiva marxiana, são fundamentais para compreensão da totalidade social bem como o movimento constitutivo das relações sociais que se estabelecem nesses processos e que dão materialidade à vida social.

Para Marx, as condições materiais de existência das/es/os sujeitas/es/os e reprodução da sociedade, ou seja, a satisfação das suas necessidades de sobrevivência, ocorrem numa interação com a natureza, bem como na sua transformação, ontologicamente, através do trabalho.

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. (...). A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências que nela jazem latentes e submete o jogo de suas forças a seu próprio domínio. (...). No final do processo de trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, ou seja, um resultado que já existia idealmente. Isso não significa que ele se limite a uma alteração da forma do elemento natural; ele realiza neste último, ao mesmo tempo,

a finalidade pretendida (...). Os momentos simples do processo de trabalho são, em primeiro lugar, a atividade orientada a um fim, ou o trabalho propriamente dito; em segundo lugar, seu objeto e, em terceiro, seus meios. (...). O processo de trabalho, como expusemos em seus momentos simples e abstratos, é atividade orientada a um fim – a produção de valores de uso –, apropriação do elemento natural para a satisfação de necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre homem e natureza, perpétua condição natural da vida humana e, por conseguinte, independente de qualquer forma particular dessa vida, ou melhor, comum a todas as suas formas sociais (MARX, 2017, p. 255, 256, 261).

Essa transformação da natureza implica, conseqüentemente, na transformação do ser *humano genérico*, uma vez que ao fazer a mediação com a natureza, produz subjetividade e objetividade próprias a ele, transformando-o - ao usar seu próprio corpo e mente para esta finalidade -, num processo de hominização. É uma atividade teleologicamente direcionada, com uma intencionalidade prévia elaborada na esfera da consciência, realizando-se quando essa ideação se concretiza. Assim, como práxis⁵, o trabalho materializa o ser, os conhecimentos e as habilidades adquiridas pelo ser *humano genérico*, assim como contém, através de uma reciprocidade dialética, “a potencialidade de criar bases materiais para a emancipação humana” (OLIVEIRA, 2021, p. 25).

É pelo trabalho que se percebe também como ser individual e coletivo. Sendo eixo fundamental da sociabilidade humana, o trabalho - numa processualidade histórica e pressupondo que as condições vitais para a existência e sobrevivência do ser *humano genérico* é permeada pelo metabolismo com a natureza, com ele próprio e com outrem - demandou o estabelecimento de relações sociais, o surgimento de um sistema de comunicação e linguagem, e, conseqüentemente, de uma organização social, moldando, assim, sua natureza social e constituindo a humanidade como tal, mas sem abdicar de sua base natural. Portanto, “o trabalho é a objetivação fundante e necessária do ser social” (NETTO e BRAZ, 2009, p. 43).

⁵ Atividade humana “adequada a fins cujo cumprimento exige (...) certa atividade cognoscitiva [que se objetiva], transforma[ndo] o mundo exterior(...) natural ou social para satisfazer determinada necessidade humana” (VÁZQUEZ, 2011, p. 227).

Nesta perspectiva, ao satisfazer suas necessidades de sobrevivência, o ser humano genérico produz (e reproduz) por sua própria ação, as suas condições materiais de existência - alimentação, moradia, vestuário, entre outras - e as socialmente determinadas - as suas relações com outrem -, envolvidas por uma historicidade e condicionadas pela vida social, mudando a realidade e, por conseguinte, também sua consciência⁶. Conforme Marx e Engels (2009), viver pressupõe produção⁷ (e reprodução) de instrumentos, produtos e de relações sociais que asseguram a manutenção da vida e, ao mesmo tempo, produz história, uma vez que ao atender às necessidades primárias e já desfrutando de instrumentos, demanda outras novas necessidades numa relação dialética permanente de “necessidade-superação-nova necessidade, que é realizada em um determinado espaço histórico, materializa-se nas formas singulares e particulares do ser social” (MAZZEO, 2022c, p. 32)

É na materialidade histórica e na sua processualidade que o gênero humano, na produção social⁸ de sua vida, estabelece relações mútuas por intermédio do trabalho que constituem relações de produção, as quais “correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais” (MARX, 2008, p. 47) que se estabelecem em determinadas condições históricas. Nesse sentido, a articulação dialética, contraditória e mediada entre as forças produtivas e as relações de produção definem o modo-de-produção⁹vigente.

No capitalismo - modo-de-produção atual - o capital¹⁰ é uma relação social onde se estabelece formas de valor relativa de uma mercadoria, como

⁶ Veja-se Marx e Engels, 2009.

⁷ Produção é uma categoria marxiana que “se realiza pela mediação do trabalho humano em qualquer forma de objetivação e em qualquer época histórica” (PARRA apud MARX, 2020, p. 156).

⁸ Segundo Iamamoto e Carvalho “a produção social não trata de produção de objetos materiais, mas de relação social entre pessoas, entre classes sociais que personificam determinadas categorias econômicas (2008, p. 30).

⁹ Conforme Fernandes, na Introdução no livro Contribuição à Crítica da Economia Política “modo de produção implica todo um complexo sociocultural, extremamente típico e variável; compreende as noções de forma social e de conteúdo material em sua correspondência efetiva (...) reprodução da realidade” (2008, p. 34).

¹⁰ Que se expressa em meios de produção e meios de subsistência (IAMAMOTO e CARVALHO, 2008).

forma equivalente¹¹, que dinamiza e torna compreensível todo processo da vida social. Nesse sentido, compõe com o trabalho assalariado uma relação social de produção, entre classes, onde o capital se realiza através da força de trabalho viva a qual “conserva os valores das mercadorias que ingressam no processo produtivo e cria novos valores” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2008, p. 36).

É uma relação social desigual, antagônica e contraditória visto que a/o trabalhadora/r foi usurpada/e/o de seus instrumentos de produção e, com isso,

Para sobreviver, o homem precisa produzir os seus meios de subsistência e, para isso, tem que dispor dos meios necessários à sua produção. Quando o trabalhador está desprovido dos meios de produção, está, também, desprovido dos meios de subsistência. À medida que este contrapõe ao trabalhador, com propriedade alheia monopolizados por uma parte da sociedade - a classe capitalista - não lhe resta outra alternativa senão vender parte de si mesmo em troca do valor equivalente aos meios necessários para a sua subsistência e de sua família, expressos através da forma do salário. A condição histórica para o surgimento do capital e o pressuposto essencial para a transformação do dinheiro em capital é a existência no mercado da força de trabalho como mercadoria (IAMAMOTO e CARVALHO, 2008, p. 38 e 39).

Além disso, essa relação tem como produto, afora a mercadoria com valor de uso e de troca¹², o mais-valor, o qual representa a diferença entre o salário pago a/ao trabalhadora/r e o valor produzido pelo seu trabalho, num encadeamento de valorização do capital. É a apropriação do trabalho não pago pela burguesia que caracteriza, assim, um processo de exploração da classe trabalhadora.

Esse processo é latente através da mistificação do capital, onde o trabalho vivo está subsumido a ele de tal forma que se manifesta como elemento constitutivo das suas forças produtivas (IAMAMOTO, 2015). O antagonismo de interesses que permeia as relações sociais que se estabelecem entre a classe dominante e a classe trabalhadora é notório tendo

¹¹ Veja-se Marx, 2017.

¹² Valor de uso é o produto de um trabalho que satisfaz necessidades humanas e sociais. Já o valor de troca é a expressão do valor do produto determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário (MARX, 2017).

em vista a produção cada vez mais coletiva e a apropriação privada dos meios de produção e do resultado do trabalho alheio.

São essas relações sociais de produção que configuram, segundo Marx (2008), a estrutura econômica da sociedade sob a qual se organiza a superestrutura, constituindo, assim, um modo-de-produção.

A base material da sociedade, a estrutura econômica, está entrelaçada com a produção das ideias, da consciência, das representações - a superestrutura - e as condiciona, mas nem sempre as determina, conforme o desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção. É importante salientar que a interação entre estrutura e superestrutura não é algo determinista ou reducionista, mas sim uma relação dialética, visto que ambas se afetam continuamente, cada uma à sua maneira, e geram um todo orgânico e articulado. Nesse sentido,

parte-se dos homens realmente ativos e, com base no seu processo real de vida, apresenta-se também o desenvolvimento dos reflexos e ecos ideológicos desse processo de vida. (...) Não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência (MARX e ENGELS, 2009, p. 31 e 32).

A consciência, representação mental (subjetiva), é resultado do processo social que, num movimento dialético, se constitui conforme a realidade social concreta (objetiva), historicamente determinada, e gerada a partir das relações sociais do ser social e de seu metabolismo com a natureza, ou melhor, mediada pelo trabalho. É “a captação de um concreto aparente, limitado, uma parte do todo e do movimento de sua entificação” (IASI, 2011, p. 14) a qual forja as concepções de mundo das/es/os sujeitas/es/es/os conforme essa percepção restrita da realidade social.

No capitalismo, o trabalho apresenta um aspecto negativo, bem como a sua consequência para a produção da consciência do ser *humano genérico*, haja vista que “nas relações sociais que se estabelecem sob o capitalismo, agudizam-se as relações estranhadas, em que a fragmentação da práxis, posta

pelo tipo capitalista de divisão social do trabalho” (MAZZEO, 2022c, p. 35) produz as condições para a alienação das/es/os sujeitas/es/os.

Portanto, o ser *humano genérico* se aliena em relação ao fruto de seu trabalho, à sua própria natureza e espécie, ou melhor, o produto de seu trabalho tornou-se autônomo e independente a ele tendo em vista a separação dos seus meios de produção - agora propriedade privada da burguesia -, perdendo o controle desse processo total; assim como também se aliena ao vender sua força de trabalho para sobreviver, se transformando em mercadoria/coisa e, com isso, se afastando do conjunto de sua própria espécie, se individualizando (MARX, 2008b).

No capitalismo, a consciência se configura de forma alienada, internalizando a realidade social que se revela de maneira imediata e restrita, fetichizada, dificultando a sua percepção crítica e total. As relações sociais que são estabelecidas e permeadas pelas contradições, exploração, alienação, dominação e opressão ficam veladas, ocultadas pelas ideias da classe dominante, e aparecem distorcidas e mitificadas, produzindo, assim, o senso comum.

Tendo em vista seu caráter restrito e imediato de apreensão da realidade social, o senso comum facilita o impulsionamento e sustenta a ideologia irracionalista¹³, dominante na sociabilidade capitalista, viabilizando condições para a sua reprodução material e cultural na vida cotidiana, conformando objetividades e subjetividades das/es/os sujeitas/es/os na aceitação e apropriação de valores e práticas da burguesia, contrários aos interesses das classes subalternas.

Nesse sentido, a categoria reprodução social¹⁴ é de extrema relevância. Para Marx, e evidenciando sempre a totalidade social numa perspectiva de superação da dicotomia entre dimensão política e dimensão econômica, “(...) considerado do ponto de vista de uma interdependência contínua e do fluxo

¹³ Categoria que será contemplada no capítulo 2.

¹⁴ “A reprodução é a continuidade do processo social de produção, porém, uma continuidade que não se reduz à mera repetição é uma continuidade no decorrer da qual o processo se renova, se cria e se recria de modo peculiar (...)” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2008, p. 46).

contínuo da sua renovação, todo processo social de produção é simultaneamente processo de reprodução” (MARX, 2017, p. 641).

A reprodução, nesse viés, relaciona-se, com a reprodução das forças produtivas - da força de trabalho, dos objetos de trabalho e dos meios de produção - que viabilizam a produção de mercadorias, de valor, a continuidade das relações sociais de produção e da sociedade como um todo.

Contudo, para a continuidade do modo-de-produção capitalista e de sua totalidade social, é necessário pensar também na produção, manutenção e reprodução da mercadoria especial - a força de trabalho, “responsável pela produção de mais-valia e de todas as outras mercadorias” (RUAS, 2020, p. 391) - que mantém as condições necessárias para o funcionamento do processo produtivo, a/e/o trabalhadora/r.

Embora Marx não tenha se aprofundado teoricamente sobre a questão da reprodução das/es/os sujeitas/es/os propriamente dita, ele pontuou que, no que tange à determinação do valor da força de trabalho¹⁵, “o indivíduo vivo necessita de certa quantidade de meios de subsistência” (MARX, 2017, p. 245) para conseguir trabalhar, trazendo à tona a ideia de que é necessário certas condições mínimas de provisões - alimentação, moradia, vestuário cuidados básicos físicos e emocionais - para que a/e/o trabalhadora/r se regenere e se mantenha ativa/e/o, viva/e/o e voltar a trabalhar no dia seguinte.

Essa ideia marxiana diz respeito à preservação da força de trabalho, capacidade inerente a todas/es/os sujeitas/es/os, e ao consumo individual que “se refere essencialmente aos processos diários que restauram o produtor direto e lhe permitem retornar ao trabalho” (VOGEL, 2022, p. 327). Ou seja, não se relaciona “com a reposição geracional de trabalhadores existentes, nem a manutenção de indivíduos que não estejam trabalhando (...). Tampouco se refere ao recrutamento de novos trabalhadores” (VOGEL, 2022, p. 327).

¹⁵ Por força de trabalho ou capacidade de trabalho entendemos o complexo [Inbegriff] das capacidades físicas e mentais que existem na corporeidade [Leiblichkeit], na personalidade viva de um homem e que ele põe em movimento sempre que produz valores de uso de qualquer tipo (MARX, 2017, 242).

Outro ponto abordado por Marx sobre a reprodução diz respeito ao seguinte trecho

A manutenção e reprodução constantes da classe trabalhadora continuam a ser uma condição constante para reprodução do capital. O capitalista pode abandonar confiadamente o preenchimento dessa condição ao impulso de autoconservação e procriação dos trabalhadores (MARX, 2017, p. 647).

Marx inferiu sobre a reprodução geracional das/es/os sujeitas/es/os como essencial à perpetuação do capital. Contudo, a considerou como um instinto biológico que substituirá, geracionalmente, as/es/os trabalhadoras/es ao mercado de trabalho sem precisar de atenção da classe dominante.

Destarte, há novas/es/os pesquisadoras/es vinculadas/es/os à Teoria da Reprodução Social / Teoria Unitária, que estão se debruçando sobre essa categoria tão importante, privilegiando a totalidade social complexa, articulada e contraditória composta pelas esferas de produção e de reprodução - unidades de um mesmo processo integrado dialeticamente -, tendo em vista o modo-de-produção capitalista, bem como as relações sociais de exploração e opressão que são estabelecidas nesse sistema. Para tanto,

(...) conceituar o termo “reprodução social”¹⁶ – que para o próprio Marx por vezes guardava um sentido dúbio, referindo-se com mais frequência à reprodução do sistema capitalista como um todo –, de um modo geral, na tradição feminista-marxista, o termo significa “a manutenção e reprodução da vida, em nível diário e geracional (...) a forma na qual o trabalho físico, emocional e mental necessário para a produção da população é socialmente organizado” (ARRUZZA, 2015, p. 55).

É fundamental ressaltar que ambas as funções de reprodução (manutenção e reprodução da vida) - que se caracterizam como apoio para o capitalismo fora da esfera da produção -, são realizadas, em sua maioria e de

¹⁶ Realiza-se uma distinção para fins didáticos entre reprodução social e reprodução societal, sendo esta última utilizada quando houver referência à reprodução ampliada da sociedade capitalista (FONSECA, 2019; OLIVEIRA, 2021).

forma desproporcional, por mulheres ou sujeitas/es/os feminilizadas/es/os racializadas/es/os e que compõem as classes subalternas, como um “ato de amor” naturalizado, constituindo trabalho não remunerado - invisível, precarizado e explorado -, que são fontes de opressão, exploração e dominação no sistema capitalista. Ainda, a grande maioria dessas mulheres também vendem a sua força de trabalho - são exploradas com a apropriação de seu trabalho excedente - e têm, com isso, jornadas de trabalho dupla ou até tripla.

É importante ressaltar que o trabalho doméstico não produz valor (de troca), embora desempenhe um papel fundamental no processo de apropriação de mais-valor, tendo em vista a produção e reprodução da força de trabalho explorada.

Nessa lógica, Lise Vogel¹⁷ elucidou o caráter substantivo da opressão das mulheres na sociedade capitalista a partir das relações sociais que são determinadas pela própria dinâmica do modo-de-produção capitalista. O trabalho reprodutivo feminino é essencial para o capital uma vez que a produção e reprodução da força de trabalho é medular para o funcionamento e acumulação capitalista e ocorre através de uma ordem social que se estabelece pela condição/diferença biológica e que constitui “pré-condição material para a construção social das diferenças de gênero” (VOGEL, 2022, p. 331). Entretanto,

Não é biologia per se que dita a opressão às mulheres, mas, em vez disso, a dependência do capital dos processos biológicos específicos das mulheres – gravidez, parto, lactação – para garantir a reprodução da classe trabalhadora (FERGUSON e MCNALLY, 2022, p. 75).

A opressão às mulheres, assim, está relacionada ao capitalismo e não às relações sociais que ocorrem entre os gêneros masculinos e femininos. Conforme Oliveira, “homens dominam as mulheres ideologicamente e possuem

¹⁷ Socióloga estado-unidense e feminista-marxista que escreveu o livro *Oppression of Women: Toward a Unitary Theory* (Marxismo e opressão às mulheres: por uma teoria unitária), em 1983, importante base teórica da Teoria da Reprodução Social.

uma série de privilégios em relação a essas, mas isso não é o definidor da totalidade da opressão das mulheres, embora constitua a mesma” (2021, p. 84).

Para consolidar e sustentar esse modo-de-produção, o capital e seu Estado efetivaram mecanismos institucionais de controle da capacidade biológica no sentido de garantir a produção e reprodução da atual e da próxima geração da força de trabalho, de forma que esteja disponível para a exploração. Desvenda, assim, as pressões sociais que são desencadeadas para que a forma-família e a unidade-doméstica seja compatível com o funcionamento que favoreça o capital, bem como a sua permanência/plasticidade e a preservação/adaptação de normas de gênero que conformam essas relações (FERGUSON e MCNALLY, 2022).

Ainda, é importante pontuar que a reprodução social de sujeitas/es/os está determinada a elementos que constituem as relações sociais e a sociabilidade capitalista, tais como a raça, classe, sexualidade e território, e que se referem ao seu acesso a bens, serviços e direitos que podem viabilizar ou limitar a própria reprodução social e de suas respectivas famílias.

Entretanto, o espaço da reprodução social não é restrito ao ambiente doméstico - apesar de que a família é um suporte fundamental para o sistema capitalista - e também compreende espaços mercantilizados - como a venda de serviços -, comunidades, organizações da sociedade civil (OSCs) e instituições públicas, no âmbito das políticas sociais - educação, saúde, assistência social, entre outras - apesar de seu caráter contraditório¹⁸ dentro do

¹⁸ Política social pode ser compreendida como uma política pública, gerida pelo Estado, produzida e reproduzida socialmente e orientada para o atendimento de necessidades sociais. É lócus de contradição e disputa de interesses e, conforme a conjuntura e a correlação de forças entre as classes sociais, pode ser utilizada para manutenção, fortalecimento e ampliação do modo-de-produção capitalista, satisfazendo as necessidade do capital; ou “produz[ir] acesso a direitos conquistados, essenciais para a reprodução física e social da classe trabalhadora” (BEHRING, 2021, p. 136). Desse modo, “ a condição/possibilidade de implementar políticas sociais relaciona-se aos movimentos da taxa de lucros e de extração/realização/apropriação da mais-valia socialmente produzida, à relação capital/trabalho, em sentido político e econômico, e que estão na origem dos grandes ciclos econômicos de estagnação e expansão do capitalismo” (BEHRING e BOSCHETTI, 2009, p. 44). A política social, portanto, “é uma conquista civilizatória (...), [mas] não é via de solução da desigualdade que é intrínseca a este mundo, que é baseado na exploração do capital sobre o trabalho, no fetichismo da mercadoria, na escassez e na miséria em meio à abundância” (BEHRING e BOSCHETTI, 2009, p. 46), ainda mais num contexto, ultraneoliberal e neofascista.

capitalismo.

Em conjuntura ultraneoliberal e de crise sistêmico-estrutural do capital, a reprodução social também sofre implicações, como o “reordenamento desses serviços públicos para a esfera do mercado, incrementando o trabalho reprodutivo das famílias na manutenção da força de trabalho” (OLIVEIRA, 2021, p. 58), ocorrendo assim, uma maior desresponsabilização do Estado e/ou a viabilização da reprodução social por meio de políticas públicas sociais precarizadas, promovendo a sua mercadorização ou sobrecarregando as famílias, sobretudo as mulheres.

Considerando a totalidade social, a reprodução social, além de atividades de criação, também diz respeito à socialização e à subjetivação das/es/os sujeitas/es/os.

(...) a forma como a reprodução social opera dentro de uma formação social dada tem uma relação intrínseca com a forma em que a produção e reprodução de sociedades são organizadas em sua totalidade e, portanto com as relações de classe (...). Devemos ter em mente que a esfera da reprodução social é também determinante na formação da subjetividade e, portanto, das relações de poder (ARRUZZA, 2015, p. 56).

A constituição de relações sociais no capitalismo, nesse sentido, atua na reprodução de ideias, valores e representações - social, político, cultural e ideológica - implicando um aperfeiçoamento disciplinar (atitudes, aptidão, habilidades, competências e qualificações), que nesta sociabilidade, sustentam e afirmam a perpetuação do modo-de-produção capitalista, tanto no âmbito societal quanto nas relações singulares, de forma que se tornam naturais as/es/os sujeitas/es/os, entranhando em suas subjetividades e produzindo uma forma de ser, viver e uma consciência alienada.

Destarte, a categoria reprodução social elucida como a ideologia irracionalista se produz/reproduz na realidade social, tendo em vista os mecanismos que favorecem a sua disseminação: o modo restrito e superficial como a realidade se manifesta ocultando a essencialidade da realidade social

e assim dificultando a sua apreensão concreta; e transmissão da ideologia da classe dominante através da reprodução social, assimilando ideias, valores e representações que pode “produzir” sujeitas/es/os funcionais ao capitalismo, condicionados por um consentimento social de que esta forma de sociabilidade é necessária, natural e perene.

Nessa perspectiva, compreende-se a reprodução social através da noção de totalidade social e sua lógica relacional dialética, dentro de uma processualidade histórica, com as suas múltiplas determinações - de classe gênero, raça/etnia, sexualidade, dentre outras - numa ontologia integrativa.

Essa “unidade integral das relações sociais, diversas e diferenciadas” (FERGUSON, 2017, p. 24) diz respeito à categoria trabalho, numa concepção ontológica, como

“‘atividade humana prática’ que cria todas as coisas, práticas, pessoas, relações e ideias que constituem a totalidade social mais ampla (...). Ao partilharmos da atividade prática humana nós (todos) partilhamos da realidade mais ampla - tanto no sentido de expressar essa realidade, quanto de ajudar a recriá-la ” (FERGUSON, 2017, p. 24).

Evocar essa acepção da categoria trabalho - “experiência diferenciada-mas-compartilhada, uma unidade diversa, concreta” (FERGUSON, 2017, p. 27) - direciona a análise sobre as relações sociais estabelecidas no capitalismo tendo em vista o trabalho produtivo e reprodutivo e os diferentes corpos que os realizam e experienciam, associando as múltiplas expressões e formas de exploração, expropriação, exploração, alienação, dominação e opressão através da constituição de uma lógica unitária.

Tais manifestações, assim, são constitutivas, estruturais e estruturantes das relações sociais que determinam o cerne do sistema capitalista.

- **1.1.2 Relações de Exploração e de Opressão à Luz da Teoria Unitária¹⁹**

As dimensões gênero, raça, classe e sexualidade, ou melhor, relações de opressão que permeiam a totalidade social será privilegiada nessa dissertação a qual discute estratégias culturalmente emancipatórias da práxis cotidiana do Serviço Social, profissão esta composta majoritariamente por mulheres e que efetiva trabalho social predominantemente, em seus diferentes espaços ocupacionais, com corpos femininos, generificados e racializados que compõem as classes subalternas.

Também será priorizada a Teoria Unitária como arcabouço teórico e analítico no sentido de concepção unitária dessas relações, uma vez que

Essa construção teórica e metodológica nos ajuda a não apenas identificar as diferentes naturezas das relações de opressão, dominação e exploração que marcam a realidade de corpos de mulheres e homens da classe trabalhadora, mas mais do que isso, de perceber de que forma elas se vinculam ao funcionamento mais geral da sociedade capitalista (SARAIVA, 2022, p. 56)

Nesse sentido, a Teoria Unitária busca contribuir para expor as relações sociais generificadas e racializadas inerentes à sociabilidade capitalista, de modo a articular os diferentes conflitos e opressões a uma lógica integrativa e identificar como o modo-de-produção capitalista se utiliza/beneficia dessas dimensões, incorporando-as à própria dinâmica de acumulação do capital.

Desenvolve, assim, uma análise através das mediações realizadas entre e na totalidade, singularidade e particularidade a fim de “singularização do universal e a saturação do singular de determinações universais (...)” (OLIVEIRA, 2021, p. 24). Ou seja,

¹⁹ Ou também conhecida como Teoria da Reprodução Social “mostra como a ‘produção de bens e serviços e a produção da vida fazem parte de um processo integrado’, como Meg Luxton coloca. Se a economia formal é o local de produção de bens e serviços, as pessoas que produzem tais coisas são, elas mesmas, produzidas fora do âmbito da economia formal a um custo bem baixo para o capital” (BHATTACHARYA, 2019, p. 103).

a proposta de construção de uma teoria unitária é uma tentativa de compreender as relações de produção e de dominação como um mesmo fenômeno, a relação entre dois ou mais momentos da totalidade que aparecem de formas distintas, formando um todo complexo e contraditório (RUAS, 2019, p, 34).

Gênero, raça, classe e sexualidade, assim, não são sistemas autônomos ou independentes com lógicas próprias que se articulam e se integram à totalidade social, mas são dimensões que a compreendem e se relacionam mutuamente. Assim, para desvendá-las, é necessário partir do pressuposto de que constituem e são constituídas por um todo orgânico complexo, com nexos que coexistem e se relacionam dialeticamente, permeados por uma historicidade, que ocorrem entre o todo capitalista e suas diferentes dimensões, síntese de uma totalidade social complexa e diversa.

Tendo em vista que o trabalho é a categoria matriz do ser social, cujo resultado, além da produção da realidade concreta, é a produção da vida, o gênero humano é reproduzido bem como a individualidade de cada sujeita/e/o que o compõe. Cada sujeita/e/o é diversa/e/o e possui diferentes gêneros, raças/etnias, orientações sexuais, classes sociais, entre outros aspectos inerentes à diversidade humana, sendo, também, distintas as condições de vivências efetivas.

A individualidade é constituída na mediação entre ser singular e ser genérico, a partir das condições concretas - sínteses de múltiplas determinações - que estão inscritas em dada sociabilidade e formação sócio-histórica. Isso faz com que a diversidade seja socialmente significada e valorada, ao ponto que na sociedade capitalista haja a supremacia das características que acompanham o homem branco, ocidental, proprietário e cisheterossexual, devido aos processos sócio-históricos complexos em desenvolvimento desde a acumulação primitiva e a colonização moderna (OLIVEIRA, 2021, p. 25 e 26).

Sendo, assim, o gênero humano uma unidade do diverso (MARX apud NETTO, 2012), e o trabalho uma “experiência concreta, corporificada” (FERGUSON, 2017, p. 27), os corpos que constituem a força de trabalho

compreendem gênero, raça, classe, sexualidade, etc, possibilitando que ela seja valorizada também de maneira distinta no capitalismo, submetida à lógica do valor, gerando relações de opressão que se configuram conforme os processos sócio históricos que designam e são designados pelo sociometabolismo do capital.

Essas relações de opressão - que subordinam “grupos sociais” distintos, em determinados processos sócio históricos, atribuindo desvantagens em relação a outros “grupos” e valorando-os - também compõem a totalidade social capitalista, concomitante com as relações de exploração, as quais organizam os processos de produção e de consumo/troca quanto da reprodução social da força de trabalho. É na conexão entre essas relações que, dialeticamente, se potencializam e renovam a exploração e dominação capitalista, tanto no âmbito da infraestrutura quanto da superestrutura.

Nesta lógica, as relações de exploração e de opressão assumem diferentes formas em diferentes corpos, moldando subjetividades e experiências individuais e/ou coletivas tendo em vista a multidimensionalidade da vida social.

Uma dessas expressões se refere ao reconhecimento e acesso aos direitos de uma maneira geral e à cidadania, uma vez que

todo o aparato jurídico foi construído historicamente de modo a perpetuar relações de escravização, subalternização e dependência, e as hierarquias raciais e de gênero que as constituem (...) [através] (...) da subjetividade jurídica, igualdade formal a ser alcançada por diferentes frações de classe e garantia de coesão social em uma sociedade tão contraditória e fragmentada (FONSECA, 2022, p. 270 e 276).

Os diferentes corpos que compõem as classes subalternas possuem diferentes níveis de acesso aos meios de produção e reprodução de sua força de trabalho, tal como políticas públicas sociais e ao trabalho remunerado, e também obtém diferentes respostas do Estado capitalista, como “diferentes formas de punição e disciplinamento” (FONSECA, 2022, p. 276).

Assim, no estrato da aparência, essas relações se manifestam de maneira fragmentada, sendo necessário, acessando a sua essência e analisando-a conforme o processo sócio histórico, ressaltar o ponto convergente e de luta comum da classe trabalhadora, “uma unidade que depende do respeito às formas particulares e do atendimento às necessidades das múltiplas identidades no sentido de se concretizar de fato como unidade na diversidade” (FONSECA, 2022, p. 278), expandindo, assim, a concepção de luta de classes e transcendendo a classe trabalhadora em seu caráter revolucionário.

Destarte, frente a essas unidades do diverso que compõe o corpo da classe trabalhadora, também será explorado a concepção de processos culturalmente emancipatórios, mediados pela arte, mais uma maneira favorecedora da percepção da generalidade humana pelas/es/os sujeitas/es/os.

- **1.1.3 Processos Culturalmente Emancipatórios**

Para melhor compreensão da concepção de processos culturalmente emancipatórios que poderão desencadear processos mais amplos, é primordial esmiuçar cada categoria que a compõe a partir de uma perspectiva ontológica.

O trabalho é a condição de existência do gênero humano tendo em vista a produção e a reprodução da vida material, a qual conforma um modo-de-produção.

Esse modo de produção não deve ser considerado no seu mero aspecto de reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se já, isto sim, de uma forma determinada da atividade desses indivíduos, de uma forma determinada de exteriorizarem a sua vida, de um determinado modo de vida dos mesmos. Como exteriorizam a sua vida, assim os indivíduos o são. Aquilo que eles são coincide, portanto, com a sua produção, com o que produzem e também com o como produzem. Aquilo que os indivíduos são depende, portanto, das

condições materiais da sua produção (MARX & ENGELS, 2009, p. 24 e 25).

A totalidade do modo-de-produção, com as suas forças produtivas e relações sociais de produção, “condiciona o processo da vida social, política e intelectual” (MARX, 2008, p. 47). As relações sociais que se estabelecem tendo como centralidade o capital e o trabalho podem determinar os meios de subsistência das/es/os sujeitas/es/os bem como a forma de sociabilidade e subjetividade.

Neste prisma, a forma como se dá a produção e reprodução da vida social diz respeito à categoria cultura, numa concepção ontológica e de processualidade histórica e dialética, como objetivações de experiências cotidianas das/es/os sujeitas/es/os que se socializam entre si a fim de produzir suas próprias condições de existência e práxis.

Essa produção, concretizada através do trabalho e compreendida em sua totalidade, corresponde aos bens e ideações que se materializam como meios de satisfação das necessidades humanas, tanto as físicas quanto as do imaginário e da fruição, as quais, ao longo do processo histórico, enriquecem e aperfeiçoam o patrimônio cultural da humanidade.

A cultura, nesse sentido, é a materialização do “modo de viver, pensar e de operar” ou “modo de ser e de viver” (GRAMSCI, 1999, p. 258 e 259). Apresenta-se, no processo histórico, a partir de formas cotidianas de vida que manifestam incontáveis processos sociais que são objetivados. É a expressão prática da existência das/es/os sujeitas/es/os tendo em vista a sociabilidade em que vive em síntese com as formas de sentir e interpretar a realidade social.

A cultura deve ser compreendida a partir de uma

(...) perspectiva analítica relacional e orgânica com que o autor trata os processos sociais. Não seria possível, assim, entender a cultura como que dissociada do par infraestrutura-superestrutura, nem somente restrita e a-historicamente a ela, mas como um conjunto de recursos ideais que são conformados sócio-historicamente sobre uma base material e como incorporação nos indivíduos das relações

de poder. Isso determinou o entendimento da cultura como um mecanismo ativo, que estabelece comportamentos, formas de ver, pensar, agir, desejar e classificar o mundo (PICCIN, p. 10, 2010).

Nesse sentido, os modos de vida, as experiências e práticas sociais - a cultura - definem a consciência das/es/os sujeitas/es/os tendo em vista a correlação de forças e as relações sociais estabelecidas pelas classes sociais em uma determinada realidade social. Portanto, visto que a consciência da classe dominante, a burguesia, é a consciência - ideologia irracionalista - determinante que prevalece na sociabilidade capitalista (MARX e ENGELS, 2009), é essa a cultura que orientará a visão de mundo - restrita, superficial e fragmentada - das classes subalternas.

A cultura se mantém, nessa processualidade histórica e de maneira dialética, através de seu aspecto reprodutivo, transmitindo para as novas gerações um modo de viver que se conforma e produz/reproduz uma aceitação/adaptação à sociabilidade capitalista.

Entretanto, a cultura também é espaço de rebeldia uma vez que também possui um aspecto questionador do *status quo*, tendo em vista o movimento dialético e contraditório da totalidade social.

Analisando a cultura pelo viés da Teoria da Reprodução Social, há uma melhor apreensão da totalidade dos recursos utilizados pelo capitalismo e seu arcabouço ideológico para conformação das/es/os sujeitas/es/os úteis à sua perpetuação. Mas também, de posse desse conhecimento, refletir sobre estratégias de processos emancipatórios, potencializar e direcionar essa possível resistência a caminhos mais eficientes de transformação social revolucionária.

Já a emancipação, outra categoria importante privilegiada nesta pesquisa, nas palavras Marx

Só quando o homem individual real retoma em si o cidadão abstrato e, como homem individual – na sua vida empírica, no seu trabalho individual, nas suas relações individuais –, se tornou *ser genérico*; só quando o homem reconheceu e organizou as suas ‘forças propres’ como forças sociais, e, portanto, não separa mais de si a força social

na figura da força política – [é] só então [que] está consumada a emancipação humana” (MARX apud NETTO, 2012, p. 71).

Nesse sentido, não é possível a realização da emancipação humana nesta sociedade que dispõe de um Estado cuja função é dar sustentação e efetividade à manutenção do sistema capitalista, e que privilegia a classe dominante. Nesta sociabilidade é executável somente uma emancipação política, limitada, que pretende garantir apenas os direitos dos seres humanos individuais burgueses, não alterando a condição material das classes subalternas.

A emancipação política, neste prisma, representa as conquistas parciais da classe trabalhadora nesta sociabilidade capitalista (melhores condições de trabalho, redução da jornada de trabalho, entre outras) tendo em vista os limites colocados pela própria estrutura do capital. Expressa

pela cidadania e pela democracia é, sem dúvida, uma forma de liberdade superior à liberdade existente na sociedade feudal, mas, na medida em que deixa intactas as raízes da desigualdade social, não deixa de ser ainda uma liberdade essencialmente limitada, uma forma de escravidão. A inclusão dos trabalhadores na comunidade política não ataca os problemas fundamentais deles, pois eles podem ser cidadãos sem deixarem de ser trabalhadores (assalariados), mas não podem ser plenamente livres sem deixarem de ser trabalhadores (assalariados) (TONET, p. 07).

As/es/os sujeitas/es/os que compõe a classe trabalhadora, na sociabilidade capitalista, estão “livres” para vender a sua força de trabalho, contudo, traz como implicação a sua exploração pela burguesia e pelo Estado, instrumento de controle e repressão.

Para a superação desta sociabilidade e da emancipação política é necessário uma perspectiva revolucionária a fim de alcançar a emancipação humana.

A emancipação humana, fim da pré-história da humanidade exige a superação das mediações que se interpõem entre o humano e seu

mundo. Para que a humanidade, reconhecendo a história como sua própria obra, possa decidir dirigi-la para outro caminho, diferente do beco sem saída para o qual a sociedade capitalista mundial levou a espécie. Nos termos de Marx, assumir de forma consciente e planejada o controle do destino humano (IASI, 2011, p. 59)

É a possibilidade da classe trabalhadora, por intermédio de um processo de conscientização de si e do coletivo, de se perceber como sujeita/e/o e autora/r da história, superando, com isso, a condição de alienação e desencadeando uma luta de classes e, conseqüentemente, revolução social a fim de suprimir a sociabilidade burguesa, com a formação de uma sociedade emancipada, sem Estado, sem classes e exploração do ser humano pelo ser humano. Sociedade essa que não é possível nos moldes do sistema capitalista.

Nesta perspectiva, os processos culturalmente emancipatórios podem ser compreendidos pela produção e reprodução de novos modos de vida, de pensar e de elaborar a realidade concreta de maneira crítica, num horizonte emancipatório, superando o pensamento cotidiano e o senso comum, os quais sustentam a ideologia irracionalista e, conseqüentemente, estimular a busca de movimentos/coletivos de classes subalternas mais amplos que objetivam incitar lutas de classes a fim de uma transformação revolucionária.

Para desconstruir essa ideologia e seus instrumentos de propagação é premente realizar, como projeção, a semente do que, potencialmente, pode vir a ser a semente de uma consciência crítica e, com isso, favorecer a construção e fortalecimento de processos culturalmente emancipatórios tendo em vista o arcabouço teórico da Teoria da Reprodução Social, promover a sua reprodução. Todavia, é imprescindível apontar que nenhuma ação é de exclusividade e/ou responsabilidade única de corpos femininos e nem se encerra neles. A ponte entre a consciência alienada e o horizonte da transformação social revolucionária é um trabalho de muitas mãos, cérebros e corpos diversos que compõem a totalidade das classes subalternas.

Esses processos podem ser implementados em diversas ambiências e instituições sociais, tais como a família, associações comunitárias, sindicatos,

movimentos sociais, políticas públicas sociais (assistência social, educação, saúde), entre outras.

Nesta pesquisa, privilegia-se a análise teórica e reflexiva desses processos como possibilidade na práxis interventiva do Serviço Social, em seus diversos espaços ocupacionais, utilizando a arte como mediação de ação interventiva.

- **1.2. A Arte como Mediação de Processos Culturalmente Emancipatórios**

A arte, em qualquer manifestação, é essencial para a humanidade. É uma potente forma de comunicação e expressão das emoções, dos sentimentos, dos pensamentos, da vivência entre as/es/os sujeitas/es/os, da percepção de mundo e, portanto, repleta de significações.

Para Marx, a arte é uma forma de desdobramento do trabalho, cuja objetivação do ser social - material e subjetiva - é primária e “a partir do qual surgem, através de mediações cada vez mais complexas, as necessidades e possibilidades de novas objetivações” (NETTO e BRAZ, 2009, p. 41), sendo uma delas a arte.

Em seu caráter ontológico, a arte faz parte do processo de autoformação do ser humano e nasceu, ao longo de um processo histórico, das necessidades sociais da vida cotidiana, vivência do dia a dia das/es/os sujeitas/es/os como produção e reprodução da realidade social, extrapolando os limites da sobrevivência. Arte é “objetivação do ser social no mundo exterior, a afirmação da subjetividade humana no objeto artístico” (FREDERICO, 2013, p. 126).

Forma de objetivação tardia, atividade teleológica que reúne o projeto subjetivo do homem ao mundo material, a arte é entendida não só como um modo de conhecer o mundo exterior (como queria Hegel), mas também como um fazer, uma práxis que permite ao homem

afirmar-se ontologicamente. Além do aspecto cognitivo, a arte é um meio de projeção dos anseios subjetivos que transcendem a realidade imediata (FREDERICO, 2013, p. 44 e 45).

A arte é uma atividade teleológica que se realiza através da práxis, a qual extrapola as necessidades primárias de sobrevivência dos seres humanos, trazendo novas expressões e significados para as suas existências, num processo contínuo de humanização.

São representações na consciência que ocorrem a partir dos reflexos da realidade social permeados pelos processos de produção e reprodução da vida cotidiana. Segundo Lukács, “(...) el reflejo estético parte del mundo humano y se orienta a él” (1982, p. 25).

É através da arte que a realidade social concreta é pensada/interpretada e dotada de significado subjetivo, a qual se objetiva no cotidiano através de uma manifestação artística provida de significações. Assim, a arte tem a potência de viabilizar às/es/aos sujeitas/es/os a leitura e compreensão de si e do mundo que vivencia.

Lukács foi um pensador que buscou aprofundar a concepção marxista sobre a arte em seus textos sobre a estética, aplicando com rigor o materialismo histórico dialético. Em vista disso, o autor inferiu que “a arte consiste sempre em reter o significativo e o essencial e em eliminar o acessório e o inessencial” (LUKÁCS apud KONDER, 1967, p. 153).

A arte, nesta lógica, é um reflexo²⁰ do real, em um determinado tempo sócio-histórico, representação de uma particularidade, permeada de mediações entre o universal e o singular, entre a sociedade e a/e/o sujeita/e/o. É a síntese entre a objetividade e a subjetividade.

a arte se apresenta como uma forma superior de consciência, capaz de captar a essência da realidade, organizá-la de modo artístico e

²⁰ Lukács utilizou a categoria reflexo em Lenin principalmente em seus textos sobre a estética, onde “O conhecimento é o reflexo da natureza pelo homem. Mas não é um reflexo simples, imediato, total; este processo consiste em toda uma série de abstrações, de formulações, de formação de conceitos, leis etc. - e estes conceitos, leis etc. (o pensamento, a ciência = ideia lógica) abarcam relativamente, aproximativamente, as leis universais da natureza eternamente em movimento e em desenvolvimento (2011b, p. 159). O reflexo é o reflexo da natureza no gênero humano através de sua abstração na consciência, contudo pressupõe e implica também um caráter ativo e criativo e frente à realidade que o circunda.

devolvê-la para que as individualidades se apropriem das possibilidades reveladas por essa reflexão. O reflexo estético sempre manterá essa relação dialética entre a subjetividade criadora e as possibilidades postas pela própria realidade (LIMA, MORAES, MAGALHAES, FERREIRA, 2015, p. 131).

Nesse movimento dialético, a aparência e a essência do fenômeno a ser representado em uma manifestação artística são momentos diferentes e contraditórios da mesma realidade social. Segundo Lukács, “é a concepção materialista da história, a estética marxista, e somente ela, que fornece os instrumentos para uma justa compreensão deste processo na sua unidade, na sua orgânica conexão entre raízes e flores” (LUKÁCS, 2010, p. 10).

Além disso, Lukács (2018) reitera a prioridade da matéria sobre a consciência e do conhecimento como reflexo. A realidade social existe independente da consciência humana, cuja constituição ocorre a partir das relações estabelecidas nesta realidade. Logo, a sua compreensão, a priori, ocorre através do reflexo que pretende apreender e reproduzir, à sua maneira, a totalidade social da realidade atravessada pela aparência e essência. Para tanto, esse reflexo, ao decompor essa realidade em suas diversas determinações, dialeticamente, altera o processo de apreensão subjetiva da realidade, através do movimento do real reproduzido idealmente, e, com isso, altera de forma qualitativa a imagem refletida da realidade, ou seja, no reflexo do concreto pensado. Nesse sentido,

a particularidade é fixada de tal modo que não mais pode ser superada: sobre ela se funda o mundo formal das obras de arte. O processo pelo qual as categorias se resolvem e se transformam uma na outra sofre uma alteração: tanto a singularidade quanto a universalidade aparecem sempre superadas na particularidade. (LUKÁCS, 2018, p. 153)

A arte, ao expressar uma determinada particularidade da realidade concreta, conserva essa mesma realidade como um reflexo imutável, mesmo com todas as modificações e transformações que possam ter ocorrido no decurso da processualidade sócio-histórica.

Na relação com a totalidade social e numa processualidade histórica, a arte - pressupondo um grau de desenvolvimento das forças produtivas e do conjunto de relações sociais dela derivadas - constitui a superestrutura. É condicionada pela base econômica, mas ao mesmo tempo, também reage a ela, numa relação dialética, tendo uma autonomia relativa. A arte reflete a realidade objetiva.

Tendo em vista o modo-de-produção capitalista, segundo Lukács, para Marx, o capitalismo “é essencialmente desfavorável ao desenvolvimento da literatura e da arte” (2010, p. 18). Sendo a arte práxis e compreendida como desmembramento do trabalho, no capitalismo, a/e/o sujeita/e/o vende a sua força de trabalho para prover o próprio sustento, tornando-se, assim, uma mercadoria. Nesse viés, a arte também é perpassada pelos mesmo meandros.

Os processos atravessados pelo capitalismo repercutem de alguma maneira nas expressões artísticas, os quais, nesse modo-de-produção, se apresentam de forma fetichizada e reificada, ocultando sua verdadeira essência, perdendo, assim, a significação artística.

A princípio, o trabalho artístico é visto por Marx como uma práxis potencialmente libertadora, um momento de autorrealização, autoconhecimento e autodesenvolvimento do ser humano. No entanto, ao cair sob o domínio do capital, o trabalho artístico vai se transformar em seu oposto: alienação, exploração e subsunção ao capital – um trabalho produtivo para a acumulação de capital. Isso enseja a formação da indústria cultural, com a introdução da maquinaria e a produção em massa de mercadorias culturais, objeto privilegiado de estudo da economia política da cultura (BORJA, 2020, p. 86-87).

Nessa perspectiva, a arte pode se submeter à lógica do capital, sendo entrelaçada de aspectos ideológicos e alienantes e permeada por contradições. Se, por um lado, ela pode ser utilizada como instrumento de dominação a serviço da ideologia dominante - tal como o irracionalismo - buscando perpetuar os mecanismos de controle do capital; por outro, a arte tem a potência de promover uma ruptura da fetichização e da reificação, alcançando, a partir de um movimento de aproximação gradual com a

realidade social, a essência dessa realidade, diferentemente do pensamento cotidiano, baseado no senso comum, na imediatividade e na superfície.

Ao seu modo, o cotidiano

desvenda a verdade da realidade, pois a realidade à margem da vida de cada dia seria uma irrealidade transcendente, isto é, uma configuração sem poder nem eficácia; do mesmo modo, porém, também a esconde: a realidade não está contida na cotidianidade imediatamente e na sua totalidade, está contida por certos aspectos determinados mediamente. (...) Neste sentido não é possível entender a realidade da cotidianidade, é entendida como base da realidade.” (KOSIK, 1995, p. 83)

O cotidiano, organização da vida do ser social, diz respeito à manifestação fenomênica através da qual a essência da realidade social se apresenta. Nele, a captação intuitiva da aparência dos fenômenos influencia a relação da/e/o sujeita/e/o com a realidade social de forma imediata, superficial, heterogênea e descontínua, impedindo-a/e/o de concebê-la como uma totalidade. Mas também, apesar de se manifestar de forma imediata e superficial, é por meio dos processos cotidianos que a realidade pode ser apreendida em sua totalidade pelas/es/os sujeitas/es/os. É no cotidiano que a história se realiza. Por isso, o cotidiano é espaço contraditório de formação, produção e reprodução do ser social.

Com isso, o pensamento cotidiano se constitui a partir da práxis utilitária (KOSIK, 1995) onde as atividades rotineiras e ações banais que caracterizam o modo de constituir as vidas das/es/os sujeitas/es/os ocorrem de maneira intuitiva, inconsciente, mecânica e automatizada, dotadas de espontaneidade, permeadas por um aspecto de normalidade e de intimidade, sendo condicionado, nesta sociabilidade, pela lógica do capital. Segundo Heller, o pensamento cotidiano é a “unidade imediata do pensamento e ação na cotidianidade” (2000, p. 31). Assim, a realidade, manifestada em sua forma, apenas é, não demandando uma reflexão sobre o seu real conteúdo, “é a forma ideológica do agir humano de todos os dias” (KOSIK, 1995, p. 19).

Nesse sentido, é na cotidianidade que surgem sistemas de valores e representações que dão significado à práxis. As ações e o pensamento das/es/os sujeitas/es/os são influenciados pela cultura da classe dominante, assimilando esses conteúdos de maneira alienada, uma vez que no cotidiano são exaustivamente repetidos e, por isso, involuntariamente reproduzidos em seu pensamento e comportamentos, dotados de juízos de valor, perpetuando valores, simbologias e representações.

A vida cotidiana “é a vida de todo homem (...) é a vida do homem inteiro (...)” (HELLER, 2000, p. 17) e, por isso, compreende a vivência, a atmosfera e o chão do ser social. É no cotidiano que ocorrem as objetivações do ser *humano genérico* e é para o cotidiano que retornam os frutos de suas objetivações. A arte, nesta perspectiva, rompe com os princípios da cotidianidade, uma vez que

dirige a nossa atenção para outro lugar; retira-nos do cotidiano e nos leva a outro estado de concentração, em recolhimento ou exteriorização. A arte tem essa capacidade de chamar a nossa atenção para objetos e conteúdos que nos escapam na realidade corrente (SANTOS, J.A, 2019, p. 24).

A arte oferece “um mundo homogêneo, depurado das ‘impurezas’ e acidentes a heterogeneidade próprias do cotidiano” (FREDERICO, 2013, p. 135) e tem a função de mobilizar sentidos, sensibilidades e afetividades, relacionando a/e/o sujeita/e/o singular ao gênero humano contido na obra de arte através da promoção de experiências nunca antes vivenciadas, revisão de concepções de mundo e da humanidade como um todo.

Assim, a/e/o sujeita/e/o, ao deparar-se com um reflexo vivo da realidade concreta particular contida na obra de arte, “supera a sua singularidade e é posto em contato com o gênero humano” (FREDERICO, 2013, p. 135). A arte

(...) eleva a autoconsciência humana; quando o sujeito receptivo experimenta uma tal realidade em si, nasce nele um para-si do sujeito, uma autoconsciência, a qual não está separada de maneira hostil do mundo exterior, mas antes significa uma relação mais rica e mais profunda de um mundo externo concebido com riqueza e

profundidade, ao homem enquanto membro da sociedade, da classe, da nação, enquanto microcosmo autoconsciente no macrocosmo do desenvolvimento da humanidade (LUKÁCS, 2018, p. 269).

Com a suspensão do cotidiano por meio da arte, com uma visão mais ampla e clara da totalidade, bem como as suas mediações, viabiliza-se às/es/aos sujeitas/es/os o afloramento de processos de consciência, os quais balizam um novo confronto com o cotidiano. Enriquecidos por esta vivência, fazem uma nova interpretação da essência de si e da realidade social. A superação desses limites da cotidianidade efetivada pela arte, pode a vir orientar a práxis das/es/os sujeitas/es/os perante a realidade social.

Considerando a sociabilidade capitalista com a sua ideologia baseada no irracionalismo, a arte é antagônica a esta concepção de mundo tendo em vista seu caráter transformador. Conforme J.A. Santos “a grande contradição da arte como instância criativa é o capitalismo enquanto sistema que nega o indivíduo criador” (2019, p. 38). Não foi em vão que o governo Bolsonaro²¹ desferiu frequentes ataques à essa esfera.

A arte tem a potência de possibilitar a construção de processos emancipatórios, de forma projetiva, como forma de desalienação e práxis, concebendo-a como totalidade. Destarte, ela é um instrumento fundamental para viabilizar processos culturalmente emancipatórios, no sentido de provocar uma elevação do cotidiano das/es/os sujeitas/es/os - nesta pesquisa, numa perspectiva analítica e projetiva, privilegia-se àquelas/es que acessam os diversos espaços sócio ocupacionais em que as/es/os assistentes sociais estão inscritas/es/os -, a fim de olhar para a realidade social de uma perspectiva mais ampla e crítica, confrontando com o cotidiano vivenciado por elas/us/es - os seus modos de vida, de pensar e de elaborar a realidade - e estimulando a busca de movimentos/coletivos de classes subalternas mais amplos que objetivam uma transformação revolucionária.

Nesse sentido, a arte tem condições para favorecer a construção de uma subjetividade revolucionária - resultado de processos objetivos que

²¹<https://noticias.uol.com.br/colunas/rubens-valente/2022/03/17/cultura-censura-ataques-governo-bolsonaro.htm>

ocorrem no cotidiano através das relações sociais - tendo em vista que a arte possui “relação peculiar no complexo da arte entre indivíduo e generidade humana” (LIMA, MORAES, MAGALHAES, FERREIRA, 2015, p. 123).

- **Capítulo 2: Fahrenheit 451²²**

(...) Se não quiser um homem politicamente infeliz, não lhe dê os dois lados de uma questão para resolver; dê-lhe apenas um. Melhor ainda, não lhe dê nenhum. Deixe que ele se esqueça de que há uma coisa como a guerra. Se o governo é ineficiente, despótico e ávido por impostos, melhor que ele seja tudo isso do que as pessoas se preocuparem com isso. Paz Montag. Promova concursos em que vençam as pessoas que se lembrarem das letras das canções mais populares ou dos nomes das capitais dos estados ou de quanto foi a safra de milho do ano anterior. Encha as pessoas com dados incombustíveis, entupa-os com "fatos" que elas se sintam empanzinadas, mas absolutamente "brilhantes" quanto a informações. Assim elas imaginarão que estão pensando, terão uma sensação de movimento sem sair do lugar. E ficarão felizes, porque fatos dessa ordem não mudam. Não as coloque em terreno movediço, como filosofia ou sociologia, com que comparar suas experiências. Aí reside a melancolia. Todo homem capaz de desmontar um telão de tv e montá-lo novamente, e a maioria consegue, hoje em dia está mais feliz do que qualquer outro homem que tenta usar a régua de cálculo, medir e comparar o universo, que simplesmente não será medido ou comparado sem que o homem se sinta bestial e solitário (...) (BRADBURY, 2012)

- **2.1 O Processo Sócio-Histórico de Ascensão do Neofascismo no Mundo e no Brasil**

Em tempos de avanço da programática neoconservadora²³, reacionária²⁴, ultraneoliberal e neofascista, refletir e, principalmente, colocar em

²² Livro escrito por Ray Bradbury.

Este livro traz uma forte carga de crítica social à posturas antidemocráticas e à demonização do conhecimento, ideais que, infelizmente, estão latentes na realidade social contemporânea, sob a égide do capitalismo ultraneoliberal, neoconservador, reacionário e neofascista.

²³ Ou conservadorismo moderno é um sistema de ideais, de saber, que busca preservar a ordem social vigente. Segundo Souza "em linhas gerais: (i) opera a desistoricização do tempo presente, baseada numa concepção de mundo "presentista"; (ii) há uma aproximação entre o sistema de ideias conservador e outras tradições de pensamento da burguesia: o liberalismo, o pragmatismo e o empirismo; (iii) o conservadorismo moderno também hiperdimensiona e hipostasia o saber prático; (iv) faz uma dura crítica ao racionalismo e procura distância do irracionalismo, entronizando uma concepção de razão extraída das formulações positivistas; (v) valoriza a função das tradições no processo de individuação; (vi) engrossa a fileira da defesa de reformas sociais que não afetem a estrutura da sociedade vigente e, nesse sentido, coloca-se como o veículo prudente para conduzir as "mudanças necessárias", sem recair nas variadas formas de "totalitarismo" (SOUZA, 2015, p. 19). No Brasil, aproxima-se de ideais reacionário tendo em vista a formação sócio-histórica do país (SOUZA, 2015).

²⁴ Já o reacionarismo é tem concepção de mundo e ação política mais regressivas, mais hostis aos processos civilizatórios (SOUZA, 2015).

prática processos emancipatórios, tendo como horizonte a emancipação humana, é um ato de resistência.

Diariamente os jornais e outras fontes de informações noticiam fatos que indicam o avanço de governos de extrema direita, ultraneoliberais, autocráticos e reacionários e, em alguns casos, com traços neofascistas (LÖWY, 2020) em vários países do mundo, incluindo o Brasil, bem como seus rebatimentos nos processos civilizatórios.

Esse afluxo não surgiu ou aconteceu instantaneamente. Há toda uma gama de processos sócio-históricos que compõem dialeticamente uma totalidade complexa que interfere na singularidade da vida das/es/os sujeitas/es/os que a experiência. Processos que são desencadeados sobretudo em períodos de crises do capitalismo. Nos termos de Mészáros, o mundo contemporâneo não se encontra “frente a uma crise cíclica do capitalismo mais ou menos extensa, mas a uma crise estrutural, profunda, do próprio sistema do capital” (2002, p. 7).

Nesse sentido, tanto o fascismo²⁵ quanto o neofascismo²⁶ são produtos de processos histórico-sociais diferentes, com isso e, para análise da contemporaneidade, é premente a necessidade de compreender a origem e desenvolvimento deste último, bem como a sua lógica e essência, totalidade, mediações e contradições.

²⁵ Fenômeno histórico-social que ocorreu no início do século XX na Alemanha, Itália e Japão, países que o capitalismo se constituiu tardiamente através de revoluções passivas, ou seja, sem a participação das classes subalternas neste processo e tendo como direção um movimento reformista e autocrático (MAZZEO, 2022). Nesse sentido, segundo Konder “o fascismo é uma tendência que surge na fase imperialista do capitalismo, que procura se fortalecer nas condições de implantação do capitalismo monopolista de Estado, exprimindo-se através de uma política favorável à crescente concentração do capital; é um movimento político de conteúdo social conservador, que se disfarça sob uma máscara ‘modernizadora’, guiado pela ideologia de um pragmatismo radical, servindo-se de mitos irracionais-formais de tipo manipulatório. O fascismo é um movimento chauvinista, antidemocrático, antissocialista, anti operário. Seu crescimento num país pressupõe condições históricas especiais, pressupõe uma preparação reacionária que tenha sido capaz de minar as bases das forças potencialmente antifascistas (enfraquecendo-lhes a influência junto às massas); e pressupõe também as condições da chamada sociedade de massas de consumo dirigido, bem como a existência nele de um certo nível de fusão do capital bancário com o capital industrial, isto é, a existência do capital financeiro” (2009, p.53).

²⁶ O conceito de neofascismo não é consenso no meio acadêmico e serão utilizadas as discussões de Boito Jr. e Mazzeo.

É significativo sublinhar ainda que o neofascismo é uma totalidade com suas múltiplas determinações, unidade do diverso (MARX apud NETTO, 2012). É uma manifestação fenomênica, que, para compreendê-la em sua essência, é necessário decompô-la através do pensamento/abstração em suas diversas determinações, por meio dos aspectos que, dialeticamente, a constituem. Além disso, é fundamental compreender as relações que são estabelecidas e mediadas nas e entre as totalidades constitutivas e a totalidade que é a sociedade capitalista.

Em vista disso, após o fim da Guerra Fria, com o colapso da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (1991) e com a decadência do Estado de Bem Estar Social (década de 1970) - tendo em vista a crise do petróleo também na década de 1970 -, representou-se a derrocada de dois sistemas antagônicos de intervencionismo estatal (socialismo real e keynesianismo), abrindo espaço, assim, em resposta à essa crise, a

(...) uma grande ofensiva do capital, sob a égide liberal. Objetivamente, essas crises se interligam, quer dizer, após os anos 1980 a crise do capital – que enuncia, por suposto, a crise do *Welfare State*, nada mais é que o prenúncio de uma crise de superprodução e superacumulação que se aprofunda – torna-se permanente ou, se quisermos, *sistêmico-estrutural* e sua essencialidade reside pois, na necessidade de se estreitar as conquistas sociais dos trabalhadores para aumentar a extração de mais valor, no contexto de um aumento implacável e tendencial da queda da taxa de lucro que, simultaneamente produz o aumento tendencial da massa de lucro e engendra contradições agudas e crescentes no seio do processo de produção e reprodução do capitalismo (MAZZEO, 2022, p. 40)

Nesse sentido, o capital tem seu crescimento direcionado para a própria acumulação objetivando a preservação do sistema capitalista. A satisfação das necessidades humanas e a garantia dos direitos sociais das/des/dos trabalhadoras/es são obstáculos para esse fim e, para tanto, é essencial esfacar as relações estabelecidas entre capital, trabalho e Estado para assegurar sua expansão e aumentar a extração de mais valor.

Uma das estratégias que o capital encontrou para dar vazão à sua expansão ilimitada, incontrolável e destrutiva (MÉSZÁROS, 2002) é o neoliberalismo, definido por Harvey, ambigualmente, como

um projeto utópico de realizar um plano teórico de reorganização do capitalismo internacional ou como um projeto político de restabelecimento das condições da acumulação do capital e de restauração do poder das elites econômicas (HARVEY, 2011, p. 27).

Esta doutrina econômico-ideológica foi impulsionada pelos governos de Margaret Thatcher, no Reino Unido, e de Ronald Reagan, nos EUA, - após o laboratório chileno na ditadura de Pinochet (1973 a 1990) -, que implantaram inúmeras transformações em seu país. Tornou-se hegemônico no mundo, pulverizado através do Consenso de Washington realizado no final da década de 1980, e com o apoio de instituições financeiras como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM), entre outras.

Suas premissas fundamentais residem, a fim de retomada das taxas de lucro, na desregulação dos mercados, propriedade privada, abertura econômica, financeirização da economia, privatizações, desregulamentação das legislações trabalhistas com maior precarização e exploração do trabalho, contrarreformas do Estado, cortes de gastos públicos com desresponsabilização estatal, entre outros.

Assim sendo, observa-se que a lógica do capital estendeu-se a todas as relações sociais, uma vez que

Na medida em que julga a troca de mercado 'uma ética em si capaz de servir de guia a toda ação humana, e que substitui todas as crenças éticas antes sustentadas', o neoliberalismo enfatiza a significação das relações contratuais no mercado. Ele sustenta que o bem social é maximizado se se maximizam o alcance e a frequência das transações de mercado, procurando enquadrar todas as ações humanas no domínio do mercado (HARVEY, 2011, p. 13).

Desse modo, como destaca Martins apud Iamamoto e Carvalho, "o modo capitalista de produzir supõe, pois, 'um modo capitalista de pensar'" (2008, p.106), onde expressa a ideologia e sociabilidade das classes dominantes.

Enquanto o modo de produção de ideias, marca tanto o senso comum quanto o conhecimento científico. Define a produção de diferentes modalidades de ideias necessárias à produção de mercadorias em condições de exploração capitalista, da coisificação das relações sociais e de desumanização do homem. Não se refere estritamente ao modo como pensa o capitalista, mas ao modo de pensar necessário a reprodução do capitalismo, a elaboração de suas bases de sustentação ideológicas e sociais (MARTINS apud IAMAMOTO e CARVALHO, 2008, p. 106).

Essa linha de pensamento é primordial para estruturar as bases que sustentam o modo-de-produção capitalista, que se constrói tendo como referência de que o capital é uma relação social na qual a reprodução do modo de vida está submetida "ao seu incontrolável impulso pela valorização do valor que tenta a todo custo mercantilizar tudo e todos, expropriando e subsumindo corpos e mentes à sua racionalidade própria" (FONSECA apud FONSECA, 2021, p. 320), explicitadas pelas relações de expropriação, exploração, alienação, opressão e dominação das classes subalternas.

Para afiançar as mudanças realizadas através do neoliberalismo em prol do capital, o Estado²⁷ tem um papel fundamental. É ele quem dá sustentação e viabilidade à continuidade do sistema capitalista, removendo obstáculos à sua acumulação. Para esse fim, tendo em vista a crise sistêmico-estrutural, o Estado se traduziu como um instrumento privilegiado na realização do controle social e, por consequência, extinguiu dispositivos democráticos de regulação e controle do capital, sendo que a intenção "(...) não é reduzir a intervenção do Estado (...) mas encontrar as condições ótimas para direcioná-lo segundo seus

²⁷ A análise do Estado capitalista é complexa e não estática e Fontes o conceitua, tendo como referência Poulantzas a partir das reflexões de Gramsci, como sendo "a condensação material de relações de força entre classes e suas frações. É sempre espaço de dominação e de luta de classes, cujos enfrentamentos geram movimentos internos ao Estado, eventuais conquistas ou derrotas pelas classes trabalhadoras ou subalternas." (FONTES, 2017, p. 418). Na contemporaneidade, como apontado nesta dissertação, observa-se que o Estado direciona-se para defender a manutenção do sistema capitalista.

interesses particulares de classe” (NETTO, 1995, p. 81). Nesse sentido, o Estado passou a destinar o fundo público²⁸ para reestruturação do capital ao invés de viabilizar políticas públicas e medidas econômicas que favorecessem as classes subalternas.

Com o apoio do aparato estatal e das condições criadas por ele de consenso e controle das classes subalternas, através da formação da opinião pública, para aceitação do projeto de restauração do poder e de dominação da classe burguesa, fica evidente que neoliberalismo também utilizou-se de mecanismos ideológicos para manipular a subjetividade da população, reforçando a introjeção de normas e comportamentos necessários à adaptação e reprodução da ordem vigente. Com isso, passou a impactar os modos de pensamentos das/es/os sujeitas/es/os, absorvendo-se ao seu cotidiano de vida, de interpretação e compreensão do mundo, afetando, sobremaneira, as formas de produção e reprodução social.

Após anos de implementação de políticas neoliberais, a crise sistêmico-estrutural atingiu seu ápice com a crise de 2008²⁹ - se retroalimentando nos anos posteriores - no centro do sistema capitalista, nos EUA e dominou, além das finanças globais, “(...) também todos os domínios da nossa vida social, econômica e cultural” (MÉSZÁROS, 2009, p. 17).

Para Varoufakis apud Cislaghi

2008 é fruto de uma mudança na forma de dominação imperialista dos EUA que passam de maiores credores para maiores devedores mundiais, sofrendo permanentes déficits orçamentários e comerciais, o que Mézszáros (2011, p.41) chama de “imperialismo de cartão de crédito”. Os EUA mantiveram sua hegemonia por múltiplos meios: econômicos, financeiros, militares, ideológicos, impondo ao mundo a

²⁸ Fundo Público, segundo Behring “se forma a partir de uma punção compulsória - na forma de impostos, contribuições e taxas - de mais-valia socialmente produzida, ou seja, é parte do trabalho excedente que se metamorfoseou em lucro, juro ou renda da terra e é apropriado pelo Estado para o desempenho de múltiplas funções de reprodução do capital e da força de trabalho (...). O instrumento de punção é, essencialmente, o sistema tributário e parte maior ou menor do fundo público, dependendo da correlação de forças (...) é sustentada pelos salários. Ou seja, (...) o fundo público não se forma apenas com o trabalho excedente metamorfoseado em mais-valia, mas também com o trabalho necessário” (2021, p. 142).

²⁹ Também ficou conhecida como crise das hipotecas subprime, a especulação imobiliária que levou ao desencadeamento da crise, desmoronou todos os grandes bancos de investimento de Wall Street (HARVEY, 2011).

sustentação de sua insolvência. O financiamento de seus déficits se deu pela inversão de capitais em favor do país apoiada em um aumento da produtividade de suas empresas – por meio da ampliação das taxas de exploração de sua força de trabalho e taxas de juros atrativas (2020b).

O Estado, com isso, assumiu os déficits do capital utilizando-se do fundo público, ocorrendo, assim, um crescimento exponencial da dívida pública dos Estados capitalistas. Como resposta, utilizaram como estratégia a utilização de austeridade fiscal no sentido de reestruturar o orçamento público para favorecer o capital, contudo, seu resultado foi um custo social imensurável para as classes subalternas em detrimento dos direitos sociais, “associado a baixo crescimento e continuidade do aumento da dívida pública” (CISLAGHI, 2020b).

Como consequência da crise de 2008 e para seu enfrentamento, o capital desenvolveu o ultraneoliberalismo, que se traduz como a radicalização do neoliberalismo (ANTUNES, 2018, p. 281), caracterizando um ajuste fiscal permanente através de um Estado direcionado exclusivamente em prol do capital – internacionalizado e imperialista – e cada vez mais mínimo para as classes subalternas, materializado através do desmonte massivo dos direitos e conquistas sociais e aprofundamento das desigualdades sociais, crescente reestruturação produtiva, aumento do desemprego e do trabalho precarizado, desarticulação da organização das/es/os trabalhadoras/es e movimentos sociais e fragilidade das experiências social democratas, entre outros.

O ultraneoliberalismo, assim, desconsidera os pressupostos civilizatórios, bem como da democracia burguesa para radicalizar ainda mais a retomada da taxa de lucro e do crescimento econômico, e

se aproveita dos questionamentos à democracia liberal, gerados pela própria razão neoliberal, e se apropria das tendências nacionalistas, autoritárias, xenófobas assumindo um caráter absolutista e hiperautoritário para impor uma melhor lógica do capital sobre a sociedade (CISLAGHI, 2020b).

Portanto, para sua aplicabilidade, recorreu ao já elencado mecanismo ideológico que o legitima e que favorece a dominação burguesa e, conseqüentemente, à nova forma de acumulação capitalista, por meio da construção de um consentimento social justificando a retirada dos direitos conquistados, apresentados como a causa da crise, utilizando-se, muitas vezes, de saídas antidemocráticas (SANTOS, 2019).

Uma de suas expressões se manifesta com o neofascismo³⁰ que, associado a conjuntura de crise sistêmico-estrutural do capitalismo e seus rebatimentos nas classes subalternas se consolidou como um movimento conservador e reacionário, em prol de um capitalismo internacional/imperialista, ultraneoliberal, com um discurso anticomunista, xenófobo, racista e sexista, com posturas repressivas e autoritárias – respeitando alguns elementos democráticos que lhe convém –, fundada na figura de um mito, “salvador da pátria” e que ganhou adeptos em grande parcela da sociedade.

Apesar de ser um fenômeno em escala mundial, apresenta traços diferenciados em determinados países, tendo em vista as mediações realizadas entre a política, o processo da luta de classes e a influência ideológica da classe dominante. Contudo, há elementos que o constituem que são comuns, tais como:

(...) a) culto à tradição e a alusão à uma ‘verdade primal’; b) a recusa da modernidade – exatamente o núcleo pós-moderno (...); c) a adesão ao irracionalismo filosófico; d) as universidades definidas

³⁰ Considera-se o neofascismo um fascismo remodelado, pressupondo o movimento dialético da totalidade social com suas múltiplas determinações e seu processo histórico, bem como as particularidades da dinâmica da correlação de forças e luta de classes presentes. Nesse sentido, utilizando o conceito de fascismo de Boito Jr: “é um movimento reacionário de massa enraizado em classes intermediárias das formações sociais capitalistas. Ele é movido por um discurso superficialmente crítico – e, ao mesmo tempo, profundamente conservador – sobre a economia capitalista e a democracia burguesa. (...) É um movimento que chega ao poder, não como representante de tais classes intermediárias, mas, sim, após ter sido politicamente confiscado pela burguesia ou uma de suas frações com o objetivo de, apoiada nele, superar uma crise política e implantar um governo antidemocrático, anti operário e antipopular” (BOITO JR., 2021, p. 4). Conforme Mazzeo, o fascismo resulta “de um ‘atraso’ histórico do processo de desenvolvimento do capitalismo, através de uma via de objetivação *tardia* e ‘pelo alto’, que propicia a emergência de uma burguesia vezo *transformista* e *autocrática*, que efetiva a unidade racional e a processualidade modernizadora-reacionária do capitalismo na perspectiva de uma *contrarrevolução permanente*. Para isso, esteve presente desde a sua gênese, o elemento bonapartista (...)” (MAZZEO, 2022, p. 37 e 38).

como ninho de comunistas e a suspeição de intelectuais; e) o ódio ao desacordo, à dissensão e à diversidade, a xenofobia, o racismo e, acrescento esses elementos a LGBTQIA+fobia como pressuposto (MAZZEO, 2022, p. 55).

O ultraneoliberalismo e sua expressão ideológica, o neofascismo, determinam o modo de vida e a consciência dos sujeitos, considerando que é “(...) a vida que determina a consciência” (MARX e ENGELS, 2009, p. 32), produzindo e reproduzindo, nesse sentido, uma consciência alienada.

Destaca-se, assim, que são ancorados na decadência ideológica da burguesia, reflexo do projeto de dominação desta classe, quando já dominava o poder político, e que orientou o pensamento filosófico burguês a fim de justificar a ordem capitalista através de uma “fuga numa pseudo-história construída a bel-prazer, interpretada superficialmente, deformada em sentido subjetivo e místico” (LUKÁCS, 2015, p.100).

O fundamento que estrutura esse fenômeno perpassa por determinações sócio-históricas que ocorreram com a divisão social do trabalho. O sistema capitalista, ao desenvolver-se e ampliar o domínio da mercadoria, bem como expandir essa lógica às relações sociais, trouxe impactos significativos à vida das/es/os individuais/es/os. A divisão social do trabalho impregnou-se à sua subjetividade e na forma de compreender e experienciar o mundo, favorecendo um pensamento cotidiano e acrítico, baseado no senso comum, na imediaticidade, na fragmentação e na superficialidade.

Outro aspecto importante dessa lógica, conforme Lukács (2015), é a separação do trabalho físico e espiritual, posta pela divisão capitalista do trabalho, onde essa diferenciação contribuiu ainda mais para a fragmentação do arcabouço teórico em “subespécies de especialistas”, reproduzindo, assim, essas deformações em todas as dimensões da vida social, as quais se apresentam também como manifestações ideológicas.

Com o recrudescimento da cisão ideal entre teoria e práxis

(...) as atividades profissionais especializadas dos homens tornam-se aparentemente autônomas do processo global (...). Este

esvaziamento da atividade social tem sobre o indivíduo o necessário efeito ideológico de que sua vida privada se desenvolva – aparentemente – fora desta sociedade mitificada (LUKÁCS, 2015, p. 113).

A sociedade, nesse sentido, se apresenta de maneira fetichizada, onde as relações sociais, no capitalismo, se mantêm através de objetos e com isso, são percebidas, na imediatez, com um aspecto reificado, limitando a possibilidade de compreensão dos fenômenos sociais em sua totalidade, bem como mediações, processos sócio-históricos, contradições inerentes, sendo concebida de forma naturalizada, falseando a realidade.

Além disso, no campo ideológico, a divisão capitalista do trabalho se revela por intermédio do irracionalismo que

como concepção do mundo fixa este esvaziamento da alma humana de qualquer conteúdo social, contrapondo-o rígida e exclusivamente ao esvaziamento, igualmente mistificado, do mundo do intelecto. Assim, o irracionalismo não se limita a ser a expressão filosófica da barbárie que cada vez mais intensamente domina a vida sentimental do homem, mas a promove diretamente. Paralelamente à decadência do capitalismo e ao aguçamento das lutas de classes em decorrência de sua crise, o irracionalismo apela – sempre mais intensamente – aos piores instintos humanos, às reservas de animalidade e de bestialidade que necessariamente se acumulam no homem em regime capitalista (LUKÁCS, 2015, p. 114).

Esse desdobramento da decadência ideológica, é uma resposta do pensamento reacionário, sobretudo durante o período imperialista³¹, tendo em vista a contradição própria do sistema capitalista - produção coletiva e apropriação privada da riqueza - quando se acirram as tensões na correlação de forças da luta de classes e a burguesia utiliza instrumentos coercitivos para instituir a ordem social para a realização do capital, ou seja, a configuração de sua reação não é estabelecida por sua própria lógica de pensamento, mas se

³¹ Segundo Lênin “O imperialismo é, pois, o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos trustes internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes (2011, p. 218). Partilha essa que tem como principal objetivo a disputa ideológica para ampliar a influência dos países centrais sobre os países periféricos.

organiza conforme as condições de luta das classes subalternas (LUKÁCS, 2015 e BARROCO, 2021). Apesar disso, seu núcleo ideal apresenta uma unidade, sendo “a depreciação do entendimento e da razão, a glorificação da intuição, a gnosiologia aristocrática, a recusa do progresso sócio-histórico, a criação de mitos (...), entre outros (...)” (LUKÁCS, 2020, p. 15).

Para tanto, a classe dominante, objetivando a manutenção do que considera *status quo*, esvazia a razão e oferece as/aos sujeitas/es/os sociais

(...) certo *confort* no terreno da concepção de mundo, a ilusão de uma liberdade completa, a ilusão da independência pessoal, da superioridade moral e intelectual – quando seu comportamento o vincula em todos os seus atos reais à burguesia reacionária, colocando-o incondicionalmente a seu dispor (LUKÁCS, 2015, p. 25 e 26).

O irracionalismo, com isso, busca camuflar as determinações sociais que exprimem as contradições entre as classes antagônicas - transferindo os conflitos no campo da individualidade -, o processo histórico e as mediações, criando uma sociabilidade anti-humanista e passiva, favorecendo a naturalização da realidade social para a manutenção da ordem vigente do capital. Entranhou-se em grande parcela das/es/os sujeitas/es/os sociais uma vez que, diante das expressões da questão social em que estão expostas/es/os, bem como a sociabilidade capitalista e a divisão social do trabalho, percebem o mundo através de seu funcionamento prático, de maneira imediata, espontânea e fragmentada. Nesse sentido,

(...) o pensamento da vida cotidiana é propenso a operar a partir da intuição, do conhecimento adquirido pela experiência, de atitudes pragmáticas, do hábito, tendendo, por isso, a não ultrapassar a aparência dos fatos, a reproduzir estereótipos, a avaliar as ações com base em pré-conceitos. Por essas razões, o âmbito da cotidianidade tende à reprodução da ideologia dominante e da alienação (BARROCO, 2021, p. 197).

Quando não se aprofunda na raiz dos fenômenos, a tendência à reprodução da ideologia do capital se acentua sobremaneira, consentindo, com isso, com a barbarização dos processos civilizatórios e da sociabilidade

e reversão dos valores na forma de sacralização de uma hipocrisia moralista. Não por acaso que no espelho invertido da ideologia a brutal exploração se apresenta como riqueza, as brutais contradições de classes que constituem o terreno real de uma sociedade assumam a forma de Nação, a destruição das condições de vida e a imoralidade da opressão sejam encobertas por mantras moralistas em defesa da família e da tradição, assim como o ressentimento, a derrota e a humilhação sejam ofuscados pelo mito da superioridade da raça assim como a racionalidade e a ciência tenham que ceder lugar ao obscurantismo e a irracionalidade e a arte devam sucumbir à propaganda (IASI, 2022, p. 13).

O neofascismo é uma das expressões desse pensamento raso, pelo qual a classe dominante escamoteia as contradições e determinações sociais buscando o alívio das tensões e se manifesta através da cultura, nas formas de pensar e elaborar sobre uma sociabilidade. Surgiu, destarte, da insatisfação social causada pela crise sistêmico-estrutural do capital, superexploração das/des/dos trabalhadoras/es e das classes subalternas, do descrédito da população com a política e de “setores médios ressentidos e divididos entre a mobilidade social e o risco da proletarização” (IASI, 2022, p. 10).

Contudo, assim como o fascismo, o neofascismo precisa ser analisado também no que se refere à sua apropriação do Estado burguês, bem como sobre as dimensões das formas desse Estado e sobre as classes sociais que o disputam. Conforme Boito Jr.

O fascismo é uma das formas ditatoriais do Estado capitalista, mas essa forma supõe a existência de uma ideologia, a ideologia fascista, e tal forma de Estado somente se torna realidade se houver um movimento social, o movimento fascista movido pela ideologia fascista, que assuma a luta para a sua implantação. Os fascistas também fazem cálculos táticos. Eles podem, numa determinada conjuntura, abrir mão ou postergar a luta pela implantação de uma ditadura fascista (BOITO JR, 2019, p. 3).

Com isso, para considerar um Estado estritamente neofascista, pressupõe-se uma ideologia e um movimento neofascista que, na correlação de forças entre as classes sociais e conjuntura, pode implantar ou não um regime ditatorial com esse caráter. A questão da composição de quais frações da classe burguesa que compreendem o bloco do poder, pode variar conforme a política econômica - “nacionalista ou entreguista, intervencionista ou neoliberal, políticas essas que refletirão composições e arranjos distintos dos blocos no poder vigentes” (BOITO JR., 2019 p. 3) -, todavia, a sua constituição sempre será um bloco capitalista.

Considerando a particularidade brasileira, a ideologia e o movimento neofascista, tendo como base o irracionalismo, encontrou eco nas demandas ultraneoliberais do capital financeiro, industrial e do agronegócio que, para o aumento de sua taxa de lucro, necessita da espoliação das classes subalternas; bem como numa parcela da população, conservadora e reacionária que encontrou legitimidade para sua barbárie, reflexo do processo de formação da sociedade brasileira.

Constituição essa conformada na expropriação, na exploração, na corrupção e na violência através de um capitalismo periférico latino-americano subordinado ao imperialismo de países centrais, tendo como expressão primária o colonialismo europeu - especificamente o português - fundado na escravização de indígenas (povos originários) e negras/es/os (sequestradas/es/os do continente africano); bem como na expropriação das riquezas naturais e da terra e na formação de centros de produção de mercadorias, através de *plantations*, que foram direcionadas ao mercado internacional.

Outro traço significativo dessa formação é que, na processualidade socioeconômica e histórica³², o volume de capital gerado pelas atividades cafeeiras³³, resultou numa industrialização hipertardia e precária, “consolidando um processo permanente de ‘modernização reacionária’ que se concretiza em formas arcaicas, assentadas no braço do trabalhador negro escravizado”

³² Correspondendo do período colonial ao fim do império (MAZZEO, 2022c).

³³ Iniciado com a extração de minérios e estabelecido com a emancipação política/continuidade reformada do passado colonial no século XIX (MAZZEO, 2022c).

(MAZZEO, 2022b, p. 45) e conformando como mero acessório dos países capitalistas centrais.

É nesse caminho que, ao longo do século XX, se pavimentou o capitalismo brasileiro, com uma burguesia transformista e força contrarrevolucionária frente às lutas das classes subalternas “no sentido de manter inalterado o *status quo* econômico e político” (MAZZEO, 2015, p. 27) e favorecer as condições necessárias à acumulação do capital de viés periférico inerente à condição subalterna ao capital imperialista. Para tanto, a burguesia se transmutou em conservadora e/ou reacionária, ancorada no irracionalismo, associando-se a uma dimensão autocrática³⁴ de dominação, elemento presente na formação sócio-histórica brasileira desde o período colonial.

A objetivação do capitalismo no país, assim, foi realizada via prussiano-colonial³⁵, e,

nessa forma de sociabilidade, percebemos que o novo (representado pelo capitalismo) paga um pesado tributo ao velho (as antigas estruturas produtivas pré-capitalistas, consubstanciadas no pacto transformista) “pelo alto”, isto é, entre a burguesia e os antigos senhores de terras, o que determinará uma conformação ideológica (...) (MAZZEO, 2022c, p. 119).

Portanto, não houve condições materiais para uma revolução burguesa “clássica” e, conseqüentemente, impossibilitou uma emergência política e lutas sociais das classes subalternas, alicerçando a sua permanência no poder por intermédio da autocracia burguesa, mediante um controle centralizado, incorporado ao Estado brasileiro, “conduzido por uma ideologia que expressa a conciliação de classes e a manipulação das massas” (MAZZEO, 2022c, p. 120), além de promover contrarrevoluções preventivas no sentido de garantir seu domínio em meio à crise sistêmico-estrutural do capital e,

³⁴ Autocracia burguesa é uma expressão política própria da dominação burguesa no Brasil que busca deter uma extrema concentração de riqueza e de poder político (FERNANDES, 2006).

³⁵ Conforme Mazzeo, a via prussiana de desenvolvimento do capitalismo ocorre “quando não há uma ruptura revolucionária com as antigas classes dominantes de proprietários rurais” (2022c, p. 119). Já a via prussiana-colonial caracteriza seu desenvolvimento no país, uma vez que “(...) expressa a sua geneticidade, porque respeita a legalidade histórica de sua condição colonial e, ao mesmo tempo, considera a configuração tardia (...) e agrária do processo de acumulação e posterior industrialização no Brasil” (MAZZEO, 2015, p. 105).

concomitantemente, impossibilita, por intermédio da repressão combinada com a ampliação da participação política das classes subalternas, ações/mobilizações de caráter revolucionário através de uma democracia restrita³⁶, alimentando um anticomunismo irracional.

Sinteticamente, essa forma de Estado conformou - tendo em vista o contexto brasileiro histórico-particular fundamentado na “insuperabilidade histórica de sua condição (genético-estrutural) de colônia” (MAZZEO, 2015, p. 16) -, as/es/os sujeitas/es/os à uma sociabilidade subordinada também ideologicamente aos centros capitalistas, bem como a um pensamento antidemocrático, autocrático, conservador e reacionário herdado do passado colonial, o qual não privilegiava a vontade coletiva da maioria da população. Nesse sentido, desencadeou o enfraquecimento das lutas sociais; a invisibilidade das/es/os sujeitas/es/os; a naturalização de privilégios e opressões; a exclusão das classes subalternas nos processos decisórios; transformações sociais pelo “alto”, incorporando algumas demandas das classes sociais subalternas e mantendo o caráter de dominação; a construção de uma cultura nacional com fortes traços do patriarcado, do familismo e do racismo; entre outros elementos.

Portanto, o país tem a sua história permeada por longos períodos ditatoriais e/ou autocráticos³⁷ e lapsos de democracia - burguesa e limitada, principalmente no que se refere ao interesses e demandas das classes subalternas. Destarte, o neofascismo encontrou terreno fértil para o seu cultivo no Brasil, tanto do ponto de vista econômico, quanto político, histórico-social e cultural.

Frente a essa análise, no próximo item, apresentar-se-á uma discussão sobre o neofascismo à brasileira.

³⁶ Conforme Fernandes, institucionalizada por meio de um conjunto de reações jurídicas e políticas, fazendo “com que a intolerância tenha raiz e sentido político; e que a democracia burguesa, nessa situação, seja de fato uma ‘democracia restrita’, aberta e funcional só para os que têm acesso à dominação burguesa” (2006, p. 249).

³⁷ Desde o período republicano, o Brasil passou por três regimes autocráticos conforme o exposto: Estado Novo (1937-1945), Ditadura Civil-Militar (1964-1985) e o regime atual (2016-2022).

● 2.2. O Neofascismo no Brasil

Um tsunami neoconservador, reacionário, neofascista e ultraneoliberal foi desencadeado no Brasil a partir da crise de 2008 e ganhou dimensão com os movimentos das ruas de junho de 2013.

Inicialmente, o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva, inferiu que a crise de 2008 alcançaria o país como uma “marolinha”³⁸ - diferentemente da forma com que atingiu os EUA e demais países do centro capitalista - tendo em vista as estratégias governamentais efetuadas na tentativa de

conter os influxos da crise, com desoneração tributária de alguns setores, expansão do crédito para financiar o consumo das famílias e, com isso, garantir mercado para a produção que procurava ser mantida. Foi uma tímida política econômica anticíclica, não ortodoxa, mas ainda dentro da mesma estratégia neoliberal de desenvolvimento (CARCANHOLO, 2018, p. 39)

Tais ações asseguraram a finalização de seu governo e garantiu a vitória de Dilma Roussef, em 2010, como sua sucessora. Contudo, a política econômica anticíclica adotada não conseguiu controlar por muito tempo a erupção da crise no país e as repercussões da perenidade da recessão resultou na “(i) ampliação dos déficits fiscais; (ii) superendividamento das famílias, que restringiu o avanço do consumo e comprometeu grande parcela de suas rendas com mero pagamento de serviços da dívida” (CARCANHOLO, 2008, p. 39).

O governo Dilma não conseguiu evitar esse efeito e seu resultado, também em virtude de intensos ajustes neoliberais, desencadeou greves e mobilizações sociais, em especial, as de junho de 2013, pautadas em manifestações populares do Movimento Passe Livre (MPL), os quais contestavam o aumento da passagem de ônibus e que, ao longo do processo, as classes dominantes, através de uma disputa ideológica pelo controle dessas lutas, conseguiu impor sua liderança através de uma pauta reacionária, contando com o apoio midiático e do poder judiciário (ABRAMIDES, 2019).

³⁸<https://oglobo.globo.com/economia/lula-crise-tsunami-nos-eua-se-chegar-ao-brasil-sera-marolinha-3827410>

A direita venceu a narrativa das manifestações e se impôs no comando das ações de rua. Nessa disputa aberta na luta de classes, a burguesia interna em conluio com a mídia corporativa, poder judiciário, ministério público, polícia federal, articulados pelos interesses do departamento de Estado dos EUA, conforma um grande projeto político/ideológico para se apropriar do Brasil (riquezas, empresas, serviços, ordenamento jurídico, pauta ideológica etc.) e desestruturar o Estado e a democracia formal (PINHEIRO, 2022, p. 122).

A insatisfação popular com a adoção de medidas que restringiram ainda mais os direitos trabalhistas e previdenciários se amalgamou à insatisfação das classes dominantes tendo em vista a política econômica conduzida pela presidenta Dilma em período de crise, visto que não atendia, exclusivamente, aos interesses da burguesia internacional gerando uma perda de sustentação política do Governo Federal. Nesse sentido, “os protestos de massa demonstravam que aquele Governo já não era eficiente em entregar aquilo que prometia (e efetivamente havia realizado nos anos anteriores): a paz social baseada na lógica da conciliação de classes” (MATTOS, 2022, p. 28).

Além disso, essa política instaurada pelos governos petistas, ou melhor, social democracia tardia, cooptou as classes subalternas aos interesses da burguesia, desarticulando as mobilizações sociais, despolitizando-as, e, com isso desmantelando essas classes sociais frente à ofensiva ultraneoliberal. Em outros termos, os governos Lula (2003 - 2010) e Dilma (2011 - 2016), que mantiveram o viés das políticas de corte neoliberal e/ou reformistas combinadas com políticas sociais que conformaram uma distribuição de renda menos desigual - tais como o Programa Bolsa Família, aumento real do salário mínimo, Programa Universidade para Todos (PROUNI), Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), Programa Minha Casa Minha Vida, Programa de Cisternas, Programa Luz para Todos, política de cotas para minorias sociais, direitos trabalhistas para empregadas domésticas, entre outros exemplos - não favoreceram a organização e consciência política das classes subalternas. Como complementou Mota

(...) houve inegável ampliação do consumo de bens e serviços por setores das classes populares, atendendo às demandas dessa população, mas a estratégia não foi a de oferta pública como resultado da conquista e exercício de direitos. Ao contrário, pavimentou-se uma concepção de assistência social através dos benefícios monetários (transferência de renda) para os mais pobres e de baixa renda, e uma concepção individual e mercantil de acesso a bens e serviços, como educação, saúde, habitação, etc., dependente, diretamente, da renda das famílias (2019, p. 145).

O agravamento da crise econômica gerou dificuldade para reeleição de Dilma em 2014, que venceu com uma pequena margem de diferença de votos em relação ao outro candidato, do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), o qual questionou o resultado das urnas³⁹, indevidamente, acarretando uma crise política ainda maior.

A presidenta Dilma iniciou seu segundo mandato com uma política econômica de austeridade a fim de se aproximar às demandas das classes dominantes a qual não foi o suficiente para ampliar sua base de sustentação política.

Em 2015 e 2016 ocorreram novas manifestações, dessa vez com apoio explícito da burguesia brasileira, com caráter

anticorrupção e contrárias ao Governo, convocadas e mobilizadas por novas organizações de direita⁴⁰, que emergiram depois das Jornadas de Junho de 2013. O perfil dos manifestantes que foram às ruas para respaldar a derrubada de Dilma Rousseff era, entretanto, muito distinto do que caracterizara as Jornadas. Em 2013, havia uma clara predominância de manifestantes nas faixas de rendimento mais baixas, de zero a cinco salários mínimos, escolaridade média e nas faixas etárias mais jovens. Já em 2015-2016, os atos atraíram pessoas mais velhas, com ensino superior e rendimentos de médios a elevados. Ou seja, a base de apoio de massas ao movimento que levou à derrubada do Governo do PT era basicamente pequeno-burguesa e de classe média, em seus estratos mais bem remunerados (MATTOS, 2022, p. 28).

³⁹<https://g1.globo.com/politica/noticia/2014/10/psdb-pede-ao-tse-auditoria-para-verificar-lisura-da-eleicao.html>

⁴⁰ Tais como o Movimento Brasil Livre - MBL -, o Vem Pra Rua, o Partido Novo, entre outros.

Essa cinesia ganhou ênfase em 2016, com o golpe parlamentar, jurídico e midiático (YAZBEK, 2018), articulado pela burguesia e pelo então vice-presidente, Michel Temer, culminando no *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, com a alegação falaciosa de que seu governo cometia irregularidades contábeis, conhecidas como “pedaladas fiscais”, para cobrir déficits nas contas públicas, prática comum em todos os governos anteriores. Para ilustrar, no dia da votação do *impeachment*, a maioria dos parlamentares justificou seus votos na família, na religião, na propriedade privada e alguns, como Bolsonaro, chegaram a homenagear a Ditadura Civil-Militar e os torturadores. Ou seja, ficou muito evidente que as “pedaladas fiscais” foram apenas uma desculpa para sustentar a farsa golpista.

Com isso, se abriu ainda mais espaço para a onda ultraneoliberal se fortalecer no país com o governo interino e golpista de Michel Temer (2016 - 2018), fundamentado pelo Programa uma Ponte para o Futuro⁴¹, destruindo sobremaneira as políticas públicas sociais, bem como a Constituição Federal de 1988 e os direitos sociais por ela afiançados - exemplo da Emenda Constitucional nº 95, conhecida como do Fim do Mundo que congelou os gastos públicos de áreas sociais com a saúde, educação e assistência social por 20 anos “para o pagamento da dívida pública contraída pela classe dominante e retirada do direito da população para o atendimento de serviços públicos essenciais” (ABRAMIDES e MARCONSIN apud ABRAMIDES, 2019, p. 187). Também houve a desregulamentação das leis trabalhistas facilitando “acordos” entre as classes subalternas e a burguesia (contrarreforma trabalhista); o aumento da participação da iniciativa privada dentro do Estado; a redução de intervenção do Banco Central sobre o câmbio; entre outros.

Como ressaltou Fonseca e Alencar

Tal política tem reforçado a condição periférica brasileira e, conseqüentemente, os padrões coloniais internos de superexploração do trabalho e de diferenciação social que marcam, especificamente, a nossa história social (2021, p. 319)

⁴¹ Plataforma de governo implantada por Michel Temer, a qual não passou pelo crivo eleitoral e difere do programa governamental de Dilma Rousseff, que venceu as eleições em 2014. Tem como ponto central os aspectos econômicos do país e as estratégias para a superação da crise fiscal inviabilizando a execução de políticas públicas sociais.

Diante desse cenário de destruição, as classes dominantes encontraram espaço para radicalizar seu discurso reacionário e culpabilizam o PT (Partido dos Trabalhadores (partido político de Lula e Dilma) como único responsável por toda a corrupção realizada no Estado brasileiro, aflorando um antipetismo intrínseco à decadência ideológica da burguesia.

Aproveitou-se, nesse sentido, do descontentamento da população com a política para aprofundar a “cultura da crise⁴²” e incutir, através de manobras políticas, jurídicas e midiáticas (Operação Lava Jato) – com o intuito de evitar descaradamente a reeleição do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva o qual foi acusado e preso por corrupção com provas risíveis –, um *outsider* (Bolsonaro) que se incumbiria de reconfigurar de maneira regressiva as relações sociais a fim de garantir o ajuste estrutural atroz e necessário para a manutenção do capital, “momento em que a autocracia burguesa recorre ao neofascismo para garantir a contrarrevolução preventiva” (MATTOS, 2022, p. 73 e 74).

Assim, o neofascismo foi eleito com a maioria dos votos no pleito de 2018 e Jair Messias Bolsonaro ascendeu ao Poder Executivo, com o apoio da burguesia, da classe média e de parcela das classes subalternas, cuja mobilização dessa massa o apoiou de maneira militante. Também utilizou da propagação de *fake news* e programática nacionalista entreguista, sexista, racista e fundamentalista cristã - com o lema “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos” -, e com isso, Bolsonaro nem precisou participar de nenhum debate político antes das eleições, bem como não apresentou um plano de governo coerente para garantir a sua vitória com um elevado número de votos, uma vez que

⁴² Conforme Mota, a cultura da crise é “artifício reflexivo para tratar das ideologias formadoras de consensos de classe (...). (...) cultura saturada de ideologias que passivizam a consciência social e a luta de trabalhadores e trabalhadoras, sob determinadas condições históricas” (2019, p. 135). A autora complementa que “Sob determinadas relações e utilizando algumas mediações, a pedagogia da *cultura da crise* consiste em metabolizar objetiva e subjetivamente a produção de consensos ativos e passivos das classes subalternas requeridos pelo capital na implementação de medidas necessárias aos seus modos de operar o enfrentamento da crise capitalista” (2019, p. 136 e 137).

(...) assumia a representação de classe em moldes de um personagem que ‘encarnava’ interesses e aspirações golpistas da burguesia interna, que se via diante da necessidade de *recompor seu bloco político*, no âmbito da crise econômica e da própria reorganização da divisão internacional do trabalho, inserida como economia componente-subalterna da cadeia imperialista. Nesse sentido, Bolsonaro apresenta-se como um líder ‘moralizador’, expressando, de um lado, o *consenso imediato* dos interesses da burguesia interna e de outro, o senso comum da moralidade, dos ‘bons costumes’ e do combate à ‘degradação moral imposta pelos comunistas’, alinhando-se às articulações da direita internacional, que delineavam a ofensiva neoliberal em âmbito mundial contra os trabalhadores (MAZZEO, 2022, p. 43).

Como já é sabido, a plataforma desse governo com suas pautas morais, culturais e comportamentais⁴³ consolidou ideologicamente a agenda política, econômica, de contrarreformas ultraneoliberais (trabalhista e da Previdência Social), além de sequestrar o fundo público, se constituindo no senso comum e no individualismo exacerbado, num cardápio de desvalores e na deslaicização do Estado. Estabeleceu ainda novas formas de reprodução social e de relações sociais em todas as suas dimensões, a fim de fortalecer a nova configuração da acumulação capitalista periférica face à sua crise sistêmico-estrutural, devastando, assim, os processos democráticos e civilizatórios através de um sistema repressivo. Nesse sentido, a “verborragia vociferante do bolsonarismo longe até de ser cortina de fumaça para as medidas econômicas ultraneoliberais, mas forma com estas a totalidade em movimento” (BEHRING, 2021, p. 200).

O neofascismo de Bolsonaro, como aponta Barroco (2022) se expressa através: da refundação do real por meio do irracionalismo, do anti-intelectualismo e do negacionismo; da naturalização da barbárie, militarismo (perseguições políticas e tortura) e culto à violência; da defesa da ordem social por intermédio de perseguições aos movimentos de esquerda, bem como ataques moralistas/conservadores aos movimentos de mulheres,

⁴³ Associadas a valores identificados como religiosos, tradicionais e conservadores, com apologia à tortura e à ditadura militar, com requintes de misoginia, lgbtqiap+fobia, racismo e xenofobia. Destacam-se o combate a políticas públicas orientadas às questões de gênero - a exemplo o combate ao aborto e ao casamento entre pessoas do mesmo sexo - bem como pautas raciais - combate a política de cota nas universidades e falas extremamente racistas em palestras -, a maioria penal, incentivo ao uso de armas de fogo, e também combate aos direitos humanos e movimentos sociais.

negros, indígenas, LGBTQIAP+ e da classe trabalhadora como um todo; da defesa de uma moral branca, machista e heteronormativa; do nacionalismo que se exprime na associação às cores da bandeira brasileira (verde e amarelo) com o lema “Brasil acima de tudo” concomitante a uma política econômica voltada à subordinação ao imperialismo de países centras (EUA); dos ataques às instituições democráticas e posturas antidemocráticas, autoritárias e repressivas; das manifestações/crimes de ódio incentivados e autorizados pelas declarações/posicionamentos do presidente Bolsonaro; do desmonte do Estado Democrático de Direito, da desconfiguração da Constituição Federal e da destruição dos direitos sociais e trabalhistas conquistados através das lutas sociais; entre outros.

Essa nova face se apresenta por meio de um

(...) processo de desindustrialização, reprimarização e defesa de um Estado mínimo (ou seja, na prática, um desmonte do Estado), apostando na capitalização e na rentabilidade por meio do agronegócio ou da especulação financeira, e buscando preservar o mesmo padrão histórico do país como vetor precípua a produção de *commodities* agrícolas e minerais para o mercado externo. Sendo assim, (...) a atual administração promove o ‘entreguismo’ e a total subordinação ao imperialismo, facilitando a penetração dos interesses estrangeiros no país, o que resulta em fechamentos de firmas autóctones e ampliação da fatia do mercado interno pelas companhias forâneas (...) (PERICÁS, 2022, p. 145 e 146).

No campo laborativo, das mediações primárias da vida das/es/os sujeitas/es/os, o neofascismo sob o respaldo do capitalismo de viés periférico se manifestou através da desregulamentação trabalhista, incentivando a “flexibilização” das relações de trabalho e estimulando a sua precarização, uberização, informalidade e “empreendedorismo”, bem como da superexploração da classe trabalhadora (MARINI, 2000).

Do ponto de vista político, a programática de Bolsonaro se baseou na crítica à corrupção - do Partido dos Trabalhadores - e da “velha política” - troca de favores associada à práticas de corrupção -, tentando, assim, governar

através de Decretos e Medidas Provisórias⁴⁴, sem alianças partidárias, dificultando a relação entre os Poderes Legislativo e o Executivo e sua governabilidade, além de embates com o Poder Judiciário, principalmente com o Supremo Tribunal Federal (STF). Corroborou-se, assim, o seu intuito de instituir um governo com perspectiva autocrática, buscando concentrar o poder no Executivo.

Além disso, é fato notório que o “mito”, sua família e seus aliados têm forte ligação com as milícias e estabeleceu medidas de força em nome da ordem e do progresso, além de aliança com os setores mais retrógrados do “neopentecostalismo” evangélico e do catolicismo, ou melhor, fundamentalistas cristãos. Portanto

(...) remontando à dialética marxiana, pode-se dizer que a forma politicamente reacionária e culturalmente conservadora do governo Bolsonaro é uma forma *necessária* ao conteúdo de um projeto econômico ultraneoliberal para o país (SANTOS, 2019).

Soma-se a esse cenário já caótico a pandemia da Covid-19⁴⁵. Enquanto muitos outros países trataram a crise sanitária seguindo os parâmetros e diretrizes da Organização Mundial da Saúde, no Brasil, o presidente e sua comitiva aproveitaram para deixar “passar a boiada⁴⁶” e tentaram ocultar seu projeto antidemocrático, higienista e genocida (classista e racista) com respostas estatais negacionistas e irrisórias, tornando mais intenso e violento o processo já avançado do desmonte dos direitos sociais e trabalhistas.

A falácia que exprimiu a necessidade da prevalência da economia sobre a vida; o incontável número de mortes por Covid-19; ameaças de golpe; a morosidade para a compra da vacina; o “benefício financeirizado” – auxílio emergencial – sem o viés de garantia de direitos; precarização das condições de vida e de sobrevivência; a exponenciação da exploração da classe

⁴⁴<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/01/10/primeiro-ano-de-governo-teve-48-medidas-provisorias-editadas>

⁴⁵ Até o dia 23/08/2023 foram contabilizadas 705 mil mortes em decorrência da pandemia no Brasil.

⁴⁶ É referência à fala do ministro do Meio Ambiente do governo Bolsonaro, Ricardo Salles, que, em reunião ministerial de 22/04/2020, sugere afrouxamento de regras ambientais naquela oportunidade, uma vez que a atenção da mídia estava direcionada à pandemia da COVID-19.

trabalhadora são alguns dos elementos, no contexto pandêmico, que elucidaram os mecanismos ideológicos de manutenção, a qualquer custo, da ordem do capital.

Apesar dos escândalos sociopolíticos e econômicos, em muitos deles envolvendo corrupção, e da crise sanitária, Bolsonaro se manteve de pé em virtude do apoio das classes dominantes brasileiras – compostas pelo agronegócio, capital financeiro e industrial – e de parte considerável de políticos da Câmara dos Deputados e do Senado, que se beneficiaram do programa ultraneoliberal deste governo. Além disso, contou com o apoio de grande parte da população brasileira, motivada pelo discurso reacionário e/ou anticomunista (SANTOS, 2019).

Bolsonaro não implantou um regime ditatorial neofascista, apesar das constantes ameaças, uma vez que a correlação de forças conseguiu, de alguma forma, manter alguns elementos de uma democracia burguesa, ainda que deteriorada e em crise. O presidente não teve o controle absoluto do Poder Legislativo e só conseguiu governar negociando acordos com os deputados e senadores do conhecido “Centrão” - ou seja, por meio da “velha política” que ele dizia ser contra. Ademais,

(...) também não controla[va] a imprensa corporativa (que está nas mãos da grande burguesia), nem veículos menores, muitas vezes em plataformas digitais (...). Há[via] contradições entre distintas frações da burguesia interna que não permit[iam] que o governante t[ivesse] carta branca para agir. Pelo contrário, são esses setores que cada vez mais ataca[vam] e critica[vam] o mandatário. Além disso, temos um sistema federativo, em que governos estaduais e municipais se contrapõem constantemente aos desígnios do Planalto. A autonomia de Bolsonaro, assim, [foi] bastante relativa e limitada. Isso sem contar com os contrapesos institucionais e a atuação de diferentes organismos como o STF, a OAB, associações de classe, entidades da sociedade civil, entre outros (PERICÁS, 2002, p. 149 e 150).

Contudo a ideologia, o movimento e o regime neofascista é uma realidade no país, sustentados pelo irracionalismo cuja visão de mundo

(..) é baseada numa teoria do conhecimento agnóstica, na recusa de que a realidade objetiva seja cognoscível; por isso ela não pode ser outra coisa senão um mito: algo inventado subjetivamente, mas com pretensões de constituir uma objetividade – insustentável do ponto de vista da teoria do conhecimento –, uma objetividade que só pode se apoiar em fundamentos extremamente subjetivistas, na intuição etc., e que, por isso, só pode ser uma pseudo-objetividade. Sob a forma dessa necessidade crescente – cada vez mais acrítica – por um mito, expressa-se claramente o período de decadência da burguesia; no lugar do desenvolvimento real, tem-se agora, sob a forma pseudo-objetiva do mito, um sonho burguês abstrato projetado sobre a realidade (...)(LUKÁCS, 2020, p. 339).

Esse sonho burguês à brasileira, como já supracitado, ancora-se no ultraneliberalismo e na condição de capitalismo periférico de países imperialistas, onde a submissão, além de econômica e política, expressa-se ideologicamente no projeto de destruição da razão, através do sucateamento da educação, ciência e cultura, reproduzindo, assim, uma sociabilidade onde se naturaliza a desumanização e a barbárie.

Atenta contra a democracia burguesa e pode “dependendo da dinâmica da conjuntura, chegar à instauração de uma ditadura de tipo fascista no Brasil” (BOITO JR., 2021, p. 4).

Contudo, no pleito eleitoral de 2022, Bolsonaro sofreu uma perda significativa, considerando que o aparelho estatal encontrava-se em seu domínio. Para manter-se no Poder Executivo, utilizou de práticas explícitas de compra de votos - o orçamento secreto⁴⁷, conjunto de verbas do governo federal utilizadas para conquistar apoio no congresso por meio de emendas sem transparência -, empresárias/es/os bolsonaristas ameaçaram trabalhadoras/es⁴⁸ e houve bloqueios nas estradas por parte da polícia para dificultar/impedir que pessoas nordestinas votassem⁴⁹, porém, mesmo assim, não obteve o êxito esperado.

Com a vitória apertada de Lula - contudo com um recorde de votos, 60 milhões, na história do país -, houveram nuances e novas facetas de continuação da manobra golpista, num movimento tático e estratégico. O

⁴⁷<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2022/10/14/orcamento-secreto-existe-desde-2020-e-tem-esse-apelido-por-causa-da-falta-de-transparencia.ghtml>

⁴⁸<https://midianinja.org/news/denuncias-de-empregadores-coagindo-funcionarios-a-votar-em-bolsonaro-explodem-em-todo-o-brasil/>

⁴⁹<https://noticias.uol.com.br/eleicoes/2022/10/30/deixem-o-nordeste-votar-redes-sociais-prf-segundo-turno.htm>

presidente não reconheceu publicamente a vitória de seu adversário e ficou dois dias em silêncio, incentivando, desse modo, suas/seus apoiadoras/es/os que haviam iniciado manifestações golpistas, as quais reivindicavam intervenção militar para alterar o resultado das urnas, com claras motivações de ódio e violência⁵⁰. Quando enfim se pronunciou, não reconheceu a legitimidade das urnas e afirmou que esses atos são legais e democráticos. Nesse sentido, Bolsonaro buscou questionar o resultado das eleições e, conseqüentemente, manter sua base reacionária a fim de dificultar o futuro governo Lula.

Entretanto, as mobilizações pró-Bolsonaro não encontraram eco na população e se manteve, em pontos isolados, em frente a alguns quartéis. Apesar disso, algumas células desse grupos não desistiram de efetivar um golpe e chegaram a planejar um ataque a bomba em Brasília no dia da posse do presidente Lula⁵¹. Bolsonaro não tentou, em nenhum momento, desmobilizar esses atos.

Além disso, o “mercado”⁵² - constituído de grandes especuladoras/es -, juntamente com a grande mídia, também se esforçou em boicotar o futuro governo, pressionando-o a cometer estelionato eleitoral - o não cumprimento das promessas feitas durante a campanha eleitoral - e movimentando a bolsa de valores de forma a lançá-la em queda e manter o dólar em alta com o intuito instigar um pânico econômico e manter, assim, a política econômica ultraneoliberal, bem como os privilégios da burguesia.

Contudo, o presidente eleito, Lula não cedeu às ameaças do “mercado” e pontuou que em seu governo pretende se voltar para as demandas sociais. Com isso, montou sua equipe de transição, coordenada pelo vice-presidente Geraldo Alckmin, nos marcos da conciliação de classes já utilizada em seus dois mandatos anteriores.

Durante o processo de transição do governo Bolsonaro para o eleito governo Lula, ficou evidente um rombo fiscal de mais de R\$400 bilhões de

⁵⁰<https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2022/12/26/bolsonarista-presos-por-montar-explosivo-em-brasilia-o-que-se-sabe-e-o-que-falta-saber.ghtml>

⁵¹ <https://www.estadao.com.br/politica/policia-investiga-6-atentado-bomba-brasilia/>

⁵²<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/11/04/dolar-cai-forte-e-bolsa-sobe-na-primeira-semana-apos-a-eleicao.ghtml>

reais, explodindo as contas públicas e inviabilizando a efetivação das propostas eleitorais do novo governo. Também evidenciou-se uma dívida pública, do mês de novembro/2022, de quase 6 trilhões de reais, que foi contraída a fim de financiar os gastos orçamentários do governo federal do referido período⁵³. Além disso, a Lei Orçamentária de 2023⁵⁴ tinha recursos insuficientes para contemplar as políticas públicas sociais (saúde, assistência social, educação, habitação, entre outras), fundamentais para a manutenção do funcionamento do Estado - burguês - brasileiro.

Para garantir mínimas condições de governabilidade, a equipe de transição de Lula renegociou o orçamento de 2023 através da PEC da Transição⁵⁵, a qual não representou o fim do Teto de Gastos e do ordenamento ultraneoliberal vigente. Teve a finalidade de garantir recursos orçamentários da União para o pagamento do Programa Bolsa Família e para investimentos públicos essenciais assegurando o atendimento de parte de suas promessas eleitorais.

Lula anunciou também mudanças significativas nos ministérios e ampliou o número⁵⁶, visto que no governo Bolsonaro eram 23 e agora são 37. Manteve as pastas da Saúde, da Educação, da Ciência e Tecnologia, do Meio Ambiente, das Relações Exteriores, da Comunicação, de Minas e Energias, da Agricultura, da Defesa, da Justiça e Segurança Pública, e do Turismo; e recriou ministérios extintos por Bolsonaro - como o do Trabalho, da Previdência Social, da Pesca e da Cultura. Desmembrou a antiga pasta da Economia em três ministérios: do Planejamento, do Desenvolvimento, e da Indústria e Comércio Exterior; bem como a pasta da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos que se transformou em: dos Direitos Humanos e Cidadania, da Igualdade Racial, e da Mulher. Também criou, de maneira inédita, o Ministério dos Povos Originários. Além disso, aumentou a participação feminina, de pessoas pretas

⁵³<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/12/27/divida-publica-sobe-em-novembro-e-atinge-r-587-trilhoes-diz-tesouro-nacional.ghtml>

⁵⁴<https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/11/30/comissao-aprova-texto-preliminar-do-orcamento-de-2023-proposto-por-bolsonaro-relator-ve-verba-insuficiente-para-saude-e-educacao.ghtml>

⁵⁵<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/12/21/senado-confirma-mudancas-da-camara-e-aprova-pec-da-Transicao>

⁵⁶<https://www.cnnbrasil.com.br/politica/lula-confirma-37-ministerios-numero-e-60-maior-do-que-bolsonaro/>

e de indígenas na gestão de seu novo governo, algo extremamente significativo e simbólico para o país.

Na véspera da posse, Bolsonaro deixou o país⁵⁷, com dinheiro público, para não passar a faixa presidencial ao presidente eleito, também sendo uma manobra para evitar um possível processo e/ou prisão uma vez que perdeu seu foro privilegiado no dia 01 de janeiro de 2023. Antes de ir para a Flórida, nos Estados Unidos da América, em 30 de dezembro de 2022, fez sua última live enquanto presidente e dissimulou que, de alguma maneira, não apoiou nenhum ato golpista, uma vez que não houve a sua participação direta.

A cerimônia da posse do presidente eleito Lula⁵⁸ foi simbólica e inédita. Levou o vice-presidente, Geraldo Alckmin, e suas respectivas companheiras no carro presidencial durante o trajeto até o Palácio do Congresso Nacional; subiu a rampa do Planalto com representantes “do povo brasileiro” e da cachorrinha Resistência; e a faixa presidencial passou de mão em mão, até que uma mulher preta, Aline Souza, catadora e representante do movimento de catadores de recicláveis, a colocou em Lula. Foi um ato que simbolizou a defesa da democracia, dos direitos humanos e da população brasileira como um todo. Em seus dois discursos, com tom conciliador, afirmou seu propósito de reconstruir o Brasil, buscou acalmar os ânimos da burguesia e das classes subalternas, bem como minimizar a polarização política que atingiu o país de maneira avassaladora nos últimos anos.

No dia 02 de janeiro, foram publicadas no Diário Oficial da União as primeiras medidas de Lula como presidente⁵⁹ que foram assinadas durante a cerimônia da posse, dentre elas: a medida provisória que reedita o Programa Bolsa Família e assegura o valor do benefício de R\$600,00, mais R\$150,00 por criança até seis anos de idade; o decreto que altera a política de controle de armas; decreto que recompõe o combate ao desmatamento; decreto que recupera o Fundo Amazônia; anulação do decreto que permitia garimpo em territórios indígenas e de preservação ambiental; decreto instituindo a inclusão na educação de pessoas com deficiência; decreto que revogou medidas de

⁵⁷<https://g1.globo.com/politica/noticia/2022/12/30/aviao-presidencial-decola-presidencia-nao-infirma-se-bolsonaro-embarcou.ghtml>

⁵⁸ <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-64141707>

⁵⁹<https://g1.globo.com/politica/noticia/2023/01/02/primeiros-decretos-de-lula-sao-publicados-no-diario-oficial-da-uniao.ghtml>

colocava barreiras na participação social das/es/os sujeitas/es/os na elaboração e discussão de políticas públicas; decreto regulamentando a Lei que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente; e o decreto que modifica as regras de verificação e punição de infrações ambientais. Além disso, também foram publicados os seguintes despachos: que determina à Controladoria Geral da União reavaliar, no prazo de 30 dias, as decisões que levaram à implantação do sigilo de 100 anos sobre as informações e documentos da administração pública; que determina aos ministros a possibilidade de retirar os processos de privatizações da Petrobrás, dos Correios e da Empresa Brasil de Comunicações; que determina à Secretaria-Geral da União elaboração de proposta a fim de restabelecer o Programa Pró-Catadores; e que determina ao Ministério do Meio Ambiente a elaboração de proposta para nova normatização do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA).

Cabe ressaltar que Lula, após ter restabelecido sua elegibilidade após processos movidos pela Operação Lava Jato, formou alianças amplas para se reeleger, de partidos políticos aliados da burguesia, social-democracia e centro-esquerda. Também se reaproximou de setores do mercado e das classes dominantes, a exemplo de Geraldo Alckmin - ex-governador de São Paulo e uma das lideranças mais importantes do PSDB, tradicional adversário político do PT - que para efetivar tal união, se filiou ao Partido Socialista Brasileiro (PSB), alterando, assim, seu programa de governo para o espectro político da direita brasileira.

Enfim, a derrota de Bolsonaro nas eleições deste ano não demonstrou, em consequência, a derrota do neofascismo tão imbricado na sociedade brasileira. Sabe-se que, essa desconstrução, se houver, ocorrerá a longo, ou melhor, longuíssimo prazo e requer uma profunda transformação social. A campanha, a eleição de Lula, a formação de sua equipe de transição e a dos Ministérios evidenciaram que essa não é a direção que será tomada a priori, provavelmente terá um caráter da “burguesia progressista”, com a manutenção de alguns aspectos de seu governo anterior ou, no máximo, com algumas reformas. Além disso, tanto a Câmara dos Deputados como a do Senado estão dominados por parlamentares com viés ideológico neoconservador, reacionário

e, com certeza, serão fortes oposições, buscando dificultar sobremaneira a governança do país.

O presidente Lula, como já é de amplo conhecimento, não tem posturas antidemocráticas e demonstra um avanço para o Brasil nesse sentido e, ao mesmo tempo, se elegeu com um número de votos expressivos, indicando que parte da população não compactua com a agenda bolsonarista. Seu governo terá inúmeros desafios frente ao neofascismo que continua se manifestando de maneiras extremistas, atentando contra a frágil democracia brasileira - burguesa - como os atos golpistas⁶⁰ que ocorreram na Praça dos Três Poderes em Brasília no dia 08/01/2023, numa clara tentativa de implementar uma ditadura neofascista. Também foi encontrado pela Polícia Federal um documento na casa do ex-ministro Anderson Torres indicando um plano golpista articulado com a alta cúpula do antigo governo Bolsonaro para cancelar o pleito de 2022 e instaurar, conseqüentemente, uma ditadura neofascista.⁶¹⁶²

Destarte, é evidente que não será o Estado, burguês, e seus representantes que efetivarão a metamorfose social necessária no que tange uma projeção de um horizonte emancipatório de fato. São as/es/os sujeitas/es/os que compõem as classes subalternas, de forma organizada, que possuem esse papel e condição através de articulação de massa, ocupação das ruas, greves e pensar estrategicamente para lutar contra o neofascismo. Contudo, diante da alienação cotidiana do capitalismo e do irracionalismo essa tarefa se torna árdua, mas não impossível. Por essa razão, conforme Yazbek

⁶⁰ No dia 08/01/2023 houve ataques terroristas pró-Bolsonaro na sede dos Três Poderes, com depredação do bem público (imensurável o estrago que foi feito de grande parte do patrimônio histórico e cultural do país) e ameaças de golpe no sentido de mobilizar uma intervenção militar e, com isso, um golpe de Estado de cunho neofascista. Sabe-se que tais atos foram financiados por camadas dominantes da burguesia brasileira, principalmente do agronegócio, houve “escolta e conivência” da polícia militar do Distrito Federal e anuência de seu governador que não tomou nenhuma medida cabível. Foi um teste para medir forças com as instituições e com isso, verificar a possibilidade de novas estratégias e táticas para tomar o poder. É necessário aguardar quais providências serão realizadas por parte do governo federal para reprimir tais mobilizações e conter possíveis situações de tensionamento permanente para inviabilizar a sua governança.

<https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2023/01/08/bolsonaristas-congresso-policia.htm>

⁶¹<https://www.pragmatismopolitico.com.br/2023/01/policia-federal-encontra-casa-anderson-torres-minuta-bolsonaro-mudar-resultado-eleicao.html>

⁶² Nesta dissertação abrangeu-se uma análise do período pós-eleição até a primeira semana do Governo Lula.

(2014) a construção de outra forma de sociabilidade requer a construção da consciência crítica das/es/os sujeitas/es/os de si e da própria realidade que experienciam e conhecê-la “impõe-se como condição essencial na luta por sua própria transformação” (YAZBEK, 2014, p. 688).

- **Capítulo 3: A Casa dos Espíritos⁶³**

(...) quando tinha conseguido quase o seu propósito, apareceu a avó Clara, a quem tinha invocado tantas vezes para a ajudar a morrer, com o argumento de que a graça não era morrer, porque isso chegaria de qualquer modo, mas sim sobreviver, o que era um milagre. (ALLENDE, 2009)

- **3.1 E o Serviço Social?**

O Serviço Social é uma profissão inserida na divisão sócio-técnica do trabalho, regulamentada como profissão liberal⁶⁴, e, portanto, sendo trabalho humano, também participa da produção e reprodução social tendo em vista a sociabilidade capitalista.

É chamado a responder demandas e necessidades sociais - carregadas de dimensões universais quanto particulares - que se apresentam pelas/es/os usuárias/es/os atendidas/es/os e acompanhadas/es/os nas ações individuais e/ou coletivas, as quais expõem as múltiplas manifestações da questão social⁶⁵, que

(...) expressa, portanto, desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico-raciais, relações com o meio ambiente e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no acesso aos bens da civilização. (IAMAMOTO, 2015, p. 160)

⁶³ Livro escrito por Isabel Allende.

Este livro, favorito da vida, conta a história de um país fictício na América Latina, com todas as mazelas de um capitalismo periférico e da luta de classes, através das mulheres da família Trueba, as quais encontram formas de resistência, cada qual à sua maneira, em meio a um contexto distópico.

⁶⁴ Lei nº 8662/1993.

⁶⁵ Segundo Iamamoto, a questão social “expressa, portanto, uma arena de lutas políticas e culturais na disputa entre projetos societários, informados por distintos interesses de classe na condução das políticas econômicas e sociais, que trazem o selo das particularidades históricas nacionais” (2015, p. 156).

A questão social, matéria de trabalho do Serviço Social e indissociável ao capitalismo, engloba, então, um conjunto de expressões das desigualdades advindas das relações sociais produzidas e reproduzidas na sociedade capitalista, especialmente no âmbito do trabalho, e o embate entre as classes que ocorre através das lutas sociais. Manifestações que são permeadas por opressões de gênero, raça e classe – bem como geracional, regional, sexualidade e inúmeras outras opressões –, sentidas objetivamente e subjetivamente pelos sujeitos e que produzem resignação e/ou resistência.

Ainda, Iamamoto aponta que, é nas expressões da questão social expressas no cotidiano das/es/os sujeitas/es/os e na tensão entre os processos de produção e reprodução das desigualdades sociais, de rebeldia e resistência que atuam as/es/os assistentes sociais (2015), materializando a dinâmica contraditória das relações sociais, nos diversos espaços sócio ocupacionais em que estão inscritas/es/os. Assim

Participa[m] tanto dos mecanismos de dominação e exploração como, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência da classe trabalhadora e da reprodução do antagonismo nesses interesses sociais (...). (IAMAMOTO e CARVALHO, 2008, p. 75)

Como bem escreveu a autora e o autor, a mesma estratégia de ação pode fortalecer a produção e reprodução do capitalismo e suas contradições inerentes a ele, como também pode semear/projetar um horizonte emancipatório. Portanto, o que diferencia essas estratégias é a intencionalidade e a direção social.

Esse antagonismo de direcionamentos se concretiza nos diversos espaços ocupacionais em que as/es/os assistentes sociais estão inseridas/es/os. Inserção essa condicionada pela relação de compra e venda de sua força de trabalho em troca de um salário, a qual engendra implicações profundas que recaem “na (relativa) autonomia técnica e política deste profissional, subordinado às requisições institucionais para o desenvolvimento do trabalho socialmente necessário” (RAICHELIS, 2018, p. 156).

Estar na condição de trabalhadora/r assalariada/e/o implica diretamente na linha tênue entre o direcionamento que a/e/o assistente social pretende orientar sua ação profissional e a coação intrínseca dessa posição frente a seus diferentes empregadoras/es - Estado, empresas, organizações da sociedade civil, entre outros -, tanto no que tange princípios trabalhistas e institucionais que regulam as relações de trabalho - tais como jornada de trabalho, salário, metas e padrão de produtividade, entre outros -, quanto no que se refere às funções, atribuições e condições de trabalho que condicionam o conteúdo da ação profissional a ser realizada, bem como a possibilidade de concretização dos seus resultados idealizados e seus efeitos no processo de reprodução das relações sociais.

Nesse sentido, o trabalho na sociabilidade capitalista, tendo em vista as suas determinações sociais, é indissociável aos processos de alienação, tornando ainda mais limitada a compreensão da totalidade social assim como a atuação profissional. Todavia, defender e legitimar a autonomia relativa na orientação desse exercício evita restringir o trabalho da/e/o assistente social às imposições das classes dominantes/aos interesses do capital e, concomitantemente, procura produzir “respostas às necessidades legítimas de sobrevivência da classe trabalhadora, face às suas condições de vida, dadas historicamente” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2008, p. 94 e 95), além de buscar sintonizar suas ações profissionais à projeções societárias coletivas num horizonte emancipatório.

A direção social é o que dá o tom impresso no exercício profissional, se está voltada ao Projeto Ético-Político da profissão e comprometida com as classes subalternas ou à manutenção da burguesia.

O Projeto Ético-Político do Serviço Social⁶⁶, como outros projetos

⁶⁶ Se estrutura através da Lei de Regulamentação da Profissão, o Código de Ética profissional (1993) e as diretrizes curriculares (1996).

vinculados a uma categoria profissional⁶⁷, articula-se com projetos societários⁶⁸ mais amplos e coletivos. É fruto das lutas dos movimentos sociais, em especial de trabalhadoras/es, pela ,democratização do país após o período da Ditadura Civil-Militar, o qual impôs uma renovação crítica à profissão. Constitui-se como

um projeto profissional de ruptura com o conservadorismo, coletivamente construído e conquistado pelos profissionais, articula-se ao projeto societário de emancipação humana ancorado em um referencial teórico-metodológico, ético-político, técnico-operativo e instrumentais jurídicos que o sustentam. Sua referência é a concepção da totalidade da vida social, alicerçada na teoria social de Marx e na tradição marxista; a investigação e análise nele contidas enlaçam os fios condutores de duas dimensões do projeto hegemônico da profissão: sua utilidade social (teleologia) e fundação sócio-histórica (ontologia) na realidade social (ABRAMIDES, 2019, p. 22 e 23).

Tem a finalidade de articular as condições postas pela realidade social concreta, em sua totalidade e mediações constitutivas, terreno do exercício profissional, com as respostas geradas pelas/es/os assistentes sociais frente a essa conjuntura, compreendendo a direção social que será seguida.

Com isso, o Projeto Ético-Político demonstra que o Serviço Social se orienta conforme os pressupostos da luta por direitos - conquista, consolidação e ampliação - “que acumul[a] forças políticas, base organizativa e conquistas materiais e sociais capazes de dinamizar a luta contra-hegemônica no horizonte de uma nova ordem societária” (IAMAMOTO, 2015, p. 226), numa

⁶⁷ Os projetos profissionais “apresentam a auto-imagem de uma profissão, elegem os valores que a legitimam socialmente, delimitam e priorizam seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, práticos e institucionais) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as bases das suas relações com os usuários de seus serviços, com as outras profissões e com as organizações e instituições sociais privadas e públicas (inclusive o Estado, a que cabe o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais) (NETTO, s/d, p. 4).

⁶⁸ Netto compreende que “os projetos societários são projetos coletivos; mas seu traço peculiar reside no fato de se constituírem como projetos macroscópicos, como propostas para o conjunto da sociedade (...). [Na sociabilidade capitalista são] projetos de classe (...). [E] Por isto mesmo, nos projetos societários (como, aliás, em qualquer projeto coletivo) há necessariamente uma dimensão política, que envolve relações de poder. [Ainda], a experiência histórica demonstra que, tendo sempre em seu núcleo a marca da classe social a cujos interesses essenciais respondem, os projetos societários constituem estruturas flexíveis e cambiantes: incorporam novas demandas e aspirações, transformam-se e se renovam conforme as conjunturas históricas e políticas (s/d, p. 2 e 3).

perspectiva da luta pela emancipação humana através de princípios e valores éticos-políticos⁶⁹ referenciados à teoria social de Marx.

À vista disso, a categoria profissional das/es/os assistentes sociais deve pensar e concretizar alternativas comprometidas com a luta pela ampliação de possibilidades emancipatórias que são consonantes e que possam contribuir com projetos societários revolucionários. Para tanto, pressupõe,

articular-se a um processo de lutas e mobilizações de massas, que possam reverter o quadro de barbárie social imposto pela ditadura do capital. Lutar por consolidação e ampliação de direitos sociais implica somar forças com o conjunto das massas trabalhadoras, da cidade e do campo, em uma perspectiva de autonomia e independência de classe na luta anticapitalista, anti-imperialista e socialista (ABRAMIDES, 2019, p.38).

O Projeto Ético-Político, longe de ser uma direção messiânica que move o Serviço Social a liderar uma transformação social, busca se aliar às lutas revolucionárias coletivas - movimentos sociais, lutas sindicais e espaços de luta da própria categoria, como o conjunto CFESS/CRESS, Enesso, Abepss, entre outros - além de ser uma diretriz propulsora do exercício profissional em seu cotidiano, considerando a sua autonomia relativa, direcionando as suas ações para uma perspectiva de emancipação política - compreendendo seus limites e da democracia burguesa - e tendo em vista que se coloca ao lado das classes subalternas e suas demandas, tendo como referência “uma clara direção orientada socialmente para as mudanças estruturais necessárias” (IASI, 2017, p. 74).

Cabe destacar que este projeto não foi elaborado numa lógica de resguardar os interesses da categoria profissional. Apesar de abranger a defesa de atribuições e competências concernentes ao Serviço Social, ele o transcende, uma vez que é “*histórico e dotado de caráter ético-político*, que eleva esse projeto a uma dimensão da universalidade” (IAMAMOTO, 2015, p. 227), considerando os interesses da coletividade.

⁶⁹ “a luta de direitos sociais na conquista da liberdade, da igualdade; no horizonte de uma sociedade sem exploração de classe, sem discriminação e opressão de gênero, raça, etnia, no horizonte emancipatório (ABRAMIDES, 2019, p. 38).

Todavia, embora o Projeto Ético-Político seja hegemônico na categoria profissional, ainda há tensões internas e projetos em disputa, uma vez que o processo de ruptura com o conservadorismo na profissão não eliminou tendências conservadoras e pós-modernas. As/es/os assistentes sociais não estão isentas/es/os das refrações da sociabilidade capitalista que incidem objetivamente e subjetivamente na vida das/es/os sujeitas/es/os.

Na contemporaneidade, esse projeto é antagônico à conjuntura - ultraneoliberal, neofascista, neoconservadora e reacionária - que se estende na trama das relações sociais, bloqueando e impedindo a sua efetiva realização, além de ser uma ameaça real à sua implementação. Esse contexto afirma a importância e a necessidade da direção social que o Serviço Social se orienta, a qual se constitui como uma bússola frente aos desafios postos na realidade social.

A sua consolidação, mesmo na maré contrária ao movimento do real, requer, assim, sintonizar o esforço entre o devir e a ação profissional das/es/os assistentes sociais, articulando o Projeto Ético-Político “ao exercício da profissão nas condições sociais concretas de sua realização, mediadas pelo estatuto assalariado e pela organização política das classes em suas expressões coletivas” (IAMAMOTO, 2019, p. 49).

É no campo da instrumentalidade⁷⁰ que se realiza a intencionalidade delineada pelo Projeto Ético-Político das/es/os assistentes sociais em respostas profissionais, através da associação das “ações imediatas com as projeções de médio e longo curso, apoiadas nas análises de conjuntura e no deslindamento das relações de poder no espaço ocupacional em articulação com as forças sociais nele intervenientes” (IAMAMOTO, 2015, p. 240).

⁷⁰ De acordo com Guerra, "a instrumentalidade é uma propriedade e/ou capacidade que a profissão vai adquirindo na medida em que concretiza objetivos. Ela possibilita que os profissionais objetivem sua intencionalidade em respostas profissionais. É por meio desta capacidade, adquirida no exercício profissional, que os assistentes sociais modificam, transformam, alteram as condições objetivas e subjetivas e as relações interpessoais e sociais existentes num determinado nível da realidade social: no nível do cotidiano. Ao alterarem o cotidiano profissional e o cotidiano das classes sociais que demandam a sua intervenção, modificando as condições, os meios e os instrumentos existentes, e os convertendo em condições, meios e instrumentos para o alcance dos objetivos profissionais, os assistentes sociais estão dando instrumentalidade às suas ações" (2007, p. 2).

Nesse sentido, a instrumentalidade concretiza a intencionalidade do exercício profissional através das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativa, síntese entre teoria, prática e método, confluindo enquanto ato e potência (GUERRA, 1999), evidenciando as mediações dialéticas entre/na singularidade do agir profissional, seus aspectos constitutivos e a totalidade social.

Como as demandas e necessidades sociais que se apresentam no cotidiano profissional das/es/os assistentes sociais são expressões da realidade social concreta repleta de determinações (econômicas, políticas, culturais, ideológicas) que incidem na vida das/es/os sujeitas/es/os, é necessário intervenções e instrumental dotados de teleologia e intencionalidade ancorados pela perspectiva teórico-metodológica marxista - a qual efetua um movimento de aproximações sucessivas do real em busca da essência dos fenômenos sociais - e engajados a valores e compromissos ético-políticos inscritos no projeto profissional.

O cotidiano⁷¹ é o lócus onde a instrumentalidade se materializa, considerando que é o espaço onde a trama das relações sociais se expressam na vida das/es/os sujeitas/es/os - onde a universalidade se exprime na individualidade - , e é a partir dessa mediação que as/es/os assistentes sociais efetivam a sua intervenção.

A compreensão do cotidiano não se reduz aos aspectos mais aparentes, triviais e rotineiros; se eles são parte da vida em sociedade, não a esgotam. O cotidiano é expressão de um modo de vida, historicamente circunscrito, onde se verifica não só a reprodução de suas bases, mas onde são, também, gestados os fundamentos de uma prática inovadora. Assim “o cotidiano não está apenas mergulhado no falso, mas referido ao possível (...)” (IAMAMOTO e CARVALHO, 2008, p. 115).

Por estar saturado de possibilidades - assim como limites - é necessário que o exercício profissional das/es/os assistentes sociais seja dotado de instrumentalidade crítica frente ao cotidiano, a fim de transpor a superficialidade dos fenômenos sociais - apresentados pelas/es/os

⁷¹ Tal categoria foi anteriormente abordada no capítulo 2.

sujeitas/es/os através de suas demandas e necessidades sociais - alcançando seu cerne através das mediações e do movimento dialético.

A instrumentalidade, tendo em vista a sociabilidade capitalista, pode ter um aspecto alienado e alienante do fazer profissional permeado pelo irracionalismo, expressado pela dicotomização da teoria-prática. Acoberta, desse modo, a organização estrutural do capitalismo e impacta, sobremaneira, o âmbito ideológico, as representações e ações profissionais objetivadas de forma fragmentada frente a realidade social aparente.

Todavia e se condizente com a direção social da categoria profissional, a instrumentalidade é uma potente dimensão essencial e constitutiva do Serviço Social, sendo mais um elemento que favorece processos culturalmente emancipatórios, haja vista a interlocução e a mediação entre a reflexão crítica sobre a intervenção profissional e suas determinações, limites e possibilidades; bem como a materialização de uma ação profissional pensada e refletida perante a realidade social concreta e complexa.

- **3.2 Possibilidades de Construção de Processos Culturalmente Emancipatórios e Práxis Profissional**

O Serviço Social, como exposto anteriormente, tem potência tendo em vista a sua instrumentalidade crítica e proximidade com o cotidiano e modo de vida das/es/os sujeitas/es/os nos espaços sócio ocupacionais em que estão inscritas/es/os.

Terreno este que expressa a condição de assalariada/e/o das/es/os assistentes sociais - controladas/es/os e submetidas/es/os aos ditames das/es/os empregadoras/es -, a conjuntura sócio-histórica, as respostas profissionais forjadas tendo em vista seus limites, possibilidades e a própria instrumentalidade frente às demandas sociais apresentadas, se estabelecendo como espaço de correlação de forças em disputa na singularidade. Desse modo, conforme lamamoto

o espaço profissional [é] um produto histórico, condicionado tanto: a) pelo nível de luta pela hegemonia que se estabelece entre as classes fundamentais e suas respectivas alianças; b) pelo tipo de respostas teórico-práticas densas de conteúdo político dadas pela categoria profissional. (...) [Também] contém elementos simultaneamente reprodutores e superadores da ordem, abrangendo tanto os espaços ocupacionais resultantes da ação do empresariado e de segmentos específicos da sociedade civil, quanto os derivados da implementação das políticas sociais de Estado e os acionados pela direção das organizações das classes trabalhadoras, todos eles sujeitos ao impacto das tensões de classe, através de mediações específicas (IAMAMOTO, 2009, p. 3 e 4).

Campo contraditório de tensões relacionais e de projetos políticos em disputa, bem como de recorte de demandas sociais a serem atendidas - estabelecidas pelas/es/os empregadoras/es - que expressam a questão social de maneira fragmentada, nos espaços sócio ocupacionais também existem possibilidades de mediações entre a teoria e o exercício profissional, com sua autonomia relativa, que podem favorecer a socialização de informações referentes aos direitos sociais, crítica à sociabilidade capitalista, desencadeamento de processos reflexivos e incentivo à participação em lutas e movimentos sociais. É “pela prestação de serviços sócio assistenciais que o assistente social interfere nas relações sociais que fazem parte do cotidiano de sua população usuária” (YAZBEK, 2009, p. 15), com reflexos nas condições materiais e subjetivas de existências das/es/os sujeitas/es/os.

À vista disto, a práxis profissional deve se constituir de capacidades teleológicas e de objetivações, permeadas por pressupostos éticos e de escolhas racionais entre alternativas de valor, de modo que ao realizá-las, as/es/os assistentes sociais possa interferir em condições sócio-históricas determinadas.

Assim, a práxis profissional, resultado da articulação/mediação entre a consciência e a concretização do que foi projetado idealmente, se direciona a um objetivo transformador, mas também subordinado às determinações da sociabilidade capitalista. Busca ultrapassar o aspecto fenomênico da realidade social a fim de encontrar a substância que engendra de fato a sua dinâmica, compreendendo a totalidade social em suas mediações constitutivas e

movimento dialético através do processo histórico. Essa percepção implica a superação crítica do cotidiano, espaço de intervenção profissional, e obter uma consciência para além da singularidade a fim de enfrentá-lo.

O Serviço Social, em sua práxis profissional, desenvolve ações a fim de atender

as demandas e necessidades sociais de seus usuários podendo produzir resultados concretos nas condições materiais, sociais, políticas e culturais na vida da população com a qual trabalha (...); [e através de] uma ação socioeducativa para com as classes subalternas, interfer[ir] em seus comportamentos e valores em seu modo de viver e de pensar em suas formas de lutas e organização e em suas práticas de resistência (YAZBEK, 2009 p.14).

Uma das formas de materializar a práxis profissional é a dimensão pedagógica emancipatória do Serviço Social. Segundo Abreu

A dimensão pedagógica do serviço social remete à sua função primeira, essencial na sociedade, isto, é diz respeito aos efeitos da ação profissional na maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos nesse processo, contribuindo para a formação de subjetividades e padrões de conduta individuais e coletivas, elementos esses constitutivos de uma cultura, a qual, com base na análise gramsciana, diz respeito ao modo de vida, isto é, maneira de pensar e agir, sociabilidade, adequada racionalização da produção e do trabalho, portanto, uma dimensão das relações de hegemonia na sociedade (2004, p. 66).

A dimensão pedagógica tem função privilegiada na ação profissional uma vez que tem a capacidade de elucidar às classes subalternas o funcionamento da sociedade e modo-de-produção capitalista e, com isso, contribuir e impulsionar lutas sociais. Todavia, pode assumir um caráter de controle e consentimento frente à exploração, dominação e opressão inerentes à sociabilidade capitalista, no sentido de sua manutenção; como pode direcionar-se ao “fortalecimento dos projetos e lutas das classes subalternas na sociedade” (YAZBEK, 2009, p. 15), uma vez que a/e/o assistentes social

também faz parte da classe trabalhadora, num horizonte emancipatório e de outra sociabilidade.

Quando tal dimensão se orienta à emancipação (dimensão pedagógica emancipatória), a práxis social se estabelece através de uma intervenção crítica e consciente construída junto às/aos sujeitas/es/os atendidas/es/os. Com isso,

sup[õe a] construção de estratégias de mobilização, capacitação e organização das classes subalternas no movimento contraditório da sociedade, visando a recuperação da unidade entre o pensar e o agir, na constituição de um novo homem, base e expressão de novas subjetividades e normas de conduta, isto é de uma cultura contraposta à cultura dominante. (...) contribui para subverter a maneira de pensar e agir (...), plasma[ndo] novas subjetividades e condutas coletivas e indicativas de uma nova cultura (ABREU, 2011, p. 134 e 135).

Embora é fato notório que o Serviço Social não pode viabilizar a consciência crítica das/es/os sujeitas/es/os e a emancipação humana, a sua práxis profissional tem a capacidade de desencadear reflexões críticas sobre as vivências cotidianas e questionamentos à sociabilidade capitalista, principalmente se for realizada coletivamente, e incentivá-las/es/os a buscar e se inserir a outros grupos sociais das classes subalternas cujo movimento tem o potencial, de fato, de alcançar uma outra sociabilidade para além do capital.

A arte é um importante instrumento de mediação para a construção de processos culturalmente emancipatórios em intervenções profissionais, uma vez que “(...) a arte é uma atividade que parte da vida cotidiana” (FREDERICO, 2000, p. 302), sendo o cotidiano, o chão das/es/os sujeitas/es/os que acessam os espaços sócio ocupacionais em que as/es/os assistentes sociais estão inseridas/es/os. Neste prisma

A arte e a ciência são formas desenvolvidas de reflexo, de recepção, da realidade objetiva na consciência dos homens (...). A vida cotidiana é o ponto de partida e o ponto de chegada: é dela que provem a necessidade de o homem objetivar-se, ir além de seus

limites habituais; e é para a vida cotidiana que retornam os produtos de suas objetivações. Com isso, a vida social dos homens é permanentemente enriquecida com as aquisições advindas das conquistas da arte e ciência. (FREDERICO, 2000, p. 303)

A vida cotidiana - alienada, fragmentada e superficial - com suas múltiplas expressões da questão social e influenciada pelo irracionalismo, tem “bloqueios sociais [que] impõem-se ao homem e [que] atrofiam os seus sentidos” (FREDERICO, 2013, p. 47). A sociabilidade capitalista com as suas contradições, exploração, dominação e opressão inerentes a ela, impedem o real desenvolvimento das/es/os sujeitas/es/os e, concomitantemente, impossibilitam uma percepção ampla da realidade social em que estão inseridas/es/os, debilitando sua sensibilidade e sentidos sociais. Com isso, há menos possibilidades de suspensão do cotidiano, agudizando ainda mais a questão social.

A ilusão que o sistema gera, levando em conta a reificação dos sentidos e a supervalorização das coisas, traz, por outro lado, uma outra necessidade, essa mais essencial que a primeira, a de se pensar criticamente e lutar na contramão da objetificação humana (LEÃO, 2022. p. 136).

Da mesma forma que o neofascismo e o ultraneoliberalismo - com a barbarização da vida - podem incidir e influenciar a vida cotidiana das/es/os sujeitas/es/os, o trabalho social com o uso da arte pode desencadear o desvelamento da realidade – através de mediações realizadas dialeticamente –, socialização das informações e de processos reflexivos, contribuindo, significativamente, para a construção de processos de consciência, a partir de uma percepção mais crítica sobre as suas condições de vida, de reconhecimento da universalidade contida no singular, como síntese desse processo dialético.

Nesse sentido, o trabalho social ancorado na teoria social crítica e mediado pela arte numa perspectiva/projeção emancipatória se coloca como uma necessidade latente. A arte é capaz de desbloquear sentidos, despertar reflexão e possível consciência crítica das/es/os sujeitas/es/os, provocando

uma percepção ampliada da realidade social, transpondo a fragmentação, imediatividade e superficialidade do cotidiano.

Ao partir da vida cotidiana, a arte tem a potencialidade de realizar uma mediação entre o cotidiano e a totalidade social, através da dialética, refletindo, ao seu modo, uma realidade ainda mais rica e elaborada do que aquela vivenciada pelas/es/os sujeitas/es/os. E, ao retornar sua atenção ao cotidiano após suspensão efetivada pela arte, enriquecidos por essa experiência de percepção ampla da totalidade social, há mais possibilidades de elaboração e incentivo da participação social, despertando para organização de processos coletivos no sentido da transformação social revolucionária.

Para o trabalho social,

A dialética contida na perspectiva de um trabalho com um viés crítico de atuação, isto é, que possibilite uma formação de uma realidade sensível e não embrutecida como essa que temos visto na atualidade, exige que haja uma superação da imediatez para, assim, descobrir a razão de as coisas se apresentarem como tal. O Serviço Social é chamado a este exercício crítico na realidade, ultrapassando o aparente e buscando atingir o real concreto, a essência em que os fenômenos se evidenciam e, a partir desse ponto, atuar sobre ela. A arte se torna, nesse sentido, um aparato de atuação, um instrumento para o assistente social nessa relação (LEÃO, 2022. p. 136).

Nesta perspectiva, a arte possui arcabouço suspensivo do cotidiano e, assim, contribui sobremaneira ao exercício profissional do Serviço Social tendo em vista sua instrumentalidade crítica. Seus aspectos constitutivos - teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo - norteiam e definem o sentido e a direção social da prática, através do estabelecimento de caminhos estratégicos permeados pela compreensão das determinações sócio-históricas da realidade social e pela indicação de meios de ação que poderão se concretizar com a práxis profissional orientada em benefício das classes subalternas numa perspectiva emancipatória.

Tendo como direcionamento a dimensão pedagógica emancipatória, a mediação através da arte pode potencializar a compreensão do mundo, a

elaboração da subjetividade e da identidade como estratégia de construção de novas possibilidades de materialidade de modos de vida mais críticos.

Assim sendo, com uma percepção integral da realidade social, também é possível apreender as relações sociais inerentes à sociabilidade capitalista, as quais são produzidas e reproduzidas socialmente, historicamente determinada e que constituem antagonismos entre as classes subalternas e a burguesia que também se expressam no Estado burguês, na garantia ou no não acesso aos direitos.

A arte, nesse sentido, é uma instrumentalidade potente, contribuindo para a suspensão do cotidiano, reflexão e identificação dos sujeitos. Com isso, a práxis cotidiana do Serviço Social, com essa mediação, tem como potência instrumentalizar as/es/os sujeitas/es/os, no sentido de refletir e elaborar a construção de modos de vida, de pensar, de sentir e agir, organizando as suas condições subjetivas a fim de confrontar o *status quo* do modo-de-produção capitalista e, além disso, tendo em vista o arcabouço teórico da Teoria da Reprodução Social, promover a sua reprodução.

Nas palavras de Freire, que as/es/os sujeitas/es/os, ao “reconhecerem o limite que a realidade opressora lhes impõe, tenha, nesse reconhecimento, o motor de sua ação libertadora” (2020, p. 48), a fim de organização e formas de luta das classes subalternizadas tendo como horizonte a emancipação humana.

À Guisa de Conclusão

A partir das reflexões realizadas ao longo dessa dissertação, foram elucidados aspectos importantes para a construção de uma práxis profissional do Serviço Social engajada com as demandas e necessidades sociais das classes subalternas.

O ponto de partida é a compreensão das determinações sócio-históricas presentes na sociabilidade capitalista, no âmbito na totalidade, e o quanto afetam a particularidade e singularidade das/es/os sujeitas/es/os. Manifestam-se através da questão social de maneira superficial e fragmentada, dificultando assim, tanto a apreensão das/e/os sujeitas/es/os sobre as reais refrações do capitalismo em seu cotidiano de vida, quanto a intervenção das/es/os assistentes sociais, implicando em respostas profissionais superficiais e pontuais.

A realidade social, ao se apresentar dessa forma, ocultando as relações antagônicas e contraditórias produzidas e reproduzidas socialmente, promove a produção e a reprodução de ideias, modos de existência e valores que perpetuam o modo-de-produção capitalista, tanto no âmbito societal quanto nas relações sociais realizadas na singularidade, naturalizando a sociabilidade capitalista tal como é, e, concomitantemente, obscurecendo os caminhos para a resistência e rebeldia numa perspectiva emancipatória.

Esse modo de experienciar a vida em sociedade, tem como característica inerente as relações sociais atravessadas por exploração, alienação e opressão, evidenciando as desigualdades sociais, preconceitos e valores conformados à ideologia irracionalista. Essas relações se incidem de maneiras diferentes em diferentes corpos, resultando em vantagens e desvantagens valorativas, subordinando esses grupos sociais a outros e moldando subjetividades e experiências singulares e coletivas.

Em conjuntura de crise sistêmico-estrutural do capital, ultraneoliberal e neofascista, essas relações se agudizam ainda mais e as tornam mais graves e pungentes. Com isso, diferentes formas de vida, corpos, gênero, raça, classe e sexualidade que não se adequam ao *status quo*, tem seus acesso a bens,

serviços e direitos restringidos, dificultando a reprodução social (geração e manutenção da vida humana) dos corpos que compõem as classes subalternas, e ficam expostos a violência, tanto institucional/estrutural quanto à de outras/es/os sujeitas/es/os.

Tendo em vista o Estado burguês, com o desmonte das políticas públicas sociais, cada vez mais precarizadas, seletivas e focalizadas, principalmente contra a pobreza, traz-se à tona mecanismos de controle e disciplinarização da população usuária, criminalização da questão social, bem como desresponsabilização do Estado, sobrecarregando cada vez mais as famílias, num ciclo vicioso sem fim.

Nesse sentido, tais reflexões sobre as determinações sociais não podem ser omitidas ou excluídas da práxis profissional, pois elas balizam estratégias de ações frente às expressões da questão social e à sociabilidade burguesa. Para efetivar essas estratégias de intervenção idealmente projetadas, a instrumentalidade é um importante arcabouço para direcionar a intencionalidade das/es/os assistentes sociais, utilizando as diferentes dimensões do Serviço Social - teórico-metodológico, ético-político e técnico-operativo - para a sua efetivação.

A instrumentalidade é a materialização da práxis profissional e, concomitantemente, a capacidade de pensar e refletir sobre a realidade social concreta que determina os modos de vidas das/es/os sujeitas e propor orientações, encaminhamentos e reflexões com propósito além daquilo que foi exposto em atendimento.

A práxis profissional, nesta perspectiva, tem a potencialidade de contribuir com a construção/elaboração de processos de consciência mais críticos das/es/os sujeitas/es/os através de socialização de informações e reflexões sobre a sociabilidade capitalista e acesso a direitos, no sentido de

projetar e forjar formas de resistência e defesa da vida. Formas de resistência já presentes, por vezes de forma parcialmente ocultas, no cotidiano do segmentos majoritários da população que depende do trabalho para sua sobrevivência. Assim, apreender a questão social é também captar as múltiplas formas de pressão social, de reinvenção da vida construídas no cotidiano, por meio das quais são recriadas

formas novas de viver, que apontam para um futuro que está sendo germinado no presente (IAMAMOTO, 2015, p. 161).

Engendrar processos culturalmente emancipatórios na práxis profissional do Serviço Social diz respeito a desvelar o conflito entre produção e reprodução da desigualdade social e de resistência e rebeldia. É contribuir para a construção de novos modos de existência e de consciência frente à realidade social de maneira mais crítica, numa perspectiva emancipatória. É construir respostas às demandas e necessidades sociais das/es/os sujeitas/es/os a fim de fortalecimento do processo de luta e estimular a participação social em movimentos das classes subalternas que objetivam uma transformação revolucionária.

Para tanto, a arte é uma das formas de mediação que favorece esses processos, visto que possibilita a compreensão da singularidade de cada sujeita/e/o em confronto com a apreensão da realidade social em sua totalidade complexa, atravessadas de mediações dialeticamente constituídas, entre a universalidade, particularidade e singularidade.

É objetivação material e subjetiva do ser social, dotada de sentido subjetivo, que busca representar/apropriar reflexos da realidade social por meio da práxis. A arte ao concretizar o significativo e o simbólico dessa mesma realidade experienciada pela/e/o sujeita/e/o que a produziu, ultrapassa, assim, os limites de sua própria existência, tornando-a social. Ainda, favorece a percepção da generalidade humana através da singularidade e, assim, encontrar a convergência e pauta comum da luta coletiva da classe trabalhadora.

Ao promover essa percepção mais ampliada, superando o aspecto cotidiano da vida, a arte possui a capacidade de ruptura da fetichização da sociabilidade capitalista ao despertar uma consciência mais ampla e abrangente, a qual tem mais condições de enfrentar a realidade social de maneira transformadora e pode vir a orientar a sua ação prática revolucionária coletivamente.

Com isso, vincular essa potencialidade da arte à instrumentalidade crítica do Serviço Social, contribui sobremaneira para elevação e reflexão sobre o cotidiano. Essa mediação, ancorada no método materialismo histórico dialético e no Projeto Ético-Político profissional, tem a possibilidade de relacionar teoria, técnica, contexto e determinações sócio-históricas para melhor apreensão e confronto com a realidade social e, com isso, instrumentalizar a busca de ações coletivas com perspectiva revolucionárias emancipatórias.

Como escreve Yazbek

O processo de reprodução da totalidade das relações sociais na sociedade é um processo complexo, que contém a possibilidade do novo, do diverso, do contraditório, da mudança. Trata-se, pois, de uma totalidade em permanente reelaboração, na qual o mesmo movimento que cria as condições para a reprodução da sociedade de classes, cria e recria conflitos resultantes dessas relações e as possibilidades de superação. (2009, p. 4)

Contudo, é importante considerar que, nesta sociabilidade capitalista, se estabelecem limites e possibilidades no fazer profissional, sendo necessário evitar posturas fatalistas e messiânicas. Ressalta-se ainda que a atual conjuntura é antagônica a essa perspectiva de práxis profissional e, por isso, é imprescindível ter em vista os desafios a serem enfrentados.

Por esta razão, a construção de processos culturalmente emancipatórios em conjunto com as/es/os sujeitas/es/os que acessam os espaços sócio ocupacionais onde as/es/os assistente sociais estão inseridos, não deve ser utilizada apenas como um discurso dissimulado, mas sim como subsídio para a práxis profissional. Apesar que as/es/os assistente sociais atuarem para a garantia/defesa dos mínimos sociais, dos direitos e da emancipação política dos sujeitos – não perdendo de vista que, na contemporaneidade, esses ditos “mínimos” não garantem nem a sobrevivência, é necessário ter como intencionalidade e direção social a emancipação humana. Com isso, a maneira como esses limites são percebidos e analisados podem forcejar potencialmente – a longo prazo, para além da profissão e coletivamente –, a transformação social revolucionária.

Referências Bibliográficas

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. **O Projeto Ético-Político do Serviço Social Brasileiro: ruptura com o conservadorismo**. São Paulo: Cortez Editora, 2019.

ABREU, Marina Maciel. **A Dimensão Pedagógica do Serviço Social: bases histórico-conceituais e expressões particulares na sociedade brasileira**. Serviço Social & Sociedade, n. 79, p. 43 – 71, 2004.

ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e Organização da Cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Hibisco Roxo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

ALLENDE, Isabel. **A Casa dos Espíritos**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão**. São Paulo: Boitempo, 2018.

ARRUZZA, Cinzia. **Considerações sobre Gênero: reabrindo o debate sobre o patriarcado e/ou capitalismo**. Revista Outubro, n. 23, 1º semestre de 2015.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA; Tithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: um manifesto**. São Paulo: Boitempo, 2019.

BARROCO, Maria Lúcia da Silva. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

BARROCO, Maria Lúcia da Silva. **Direitos Humanos, Neoconservadorismo e Neofascismo no Brasil Contemporâneo**. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 143, p. 12 - 21, jan/abril de 2022.

BARROCO, Maria Lúcia da Silva. **Lukács e a Crítica do Irracionalismo: elementos para uma reflexão sobre a barbárie contemporânea**. Ética, Direitos Humanos e Neoconservadorismo. São Paulo: Educ, 2021.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez Editora, 2009.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Fundo Público, Exploração e Expropriações no Capitalismo em Crise**. NIEPMarx Blog, 2017. Disponível em: <https://www.niepmarx.blog.br/MManteriores/MM2017/anais2017/MC44/mc443.pdf> Acesso em 01 de março de 2022.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Ajuste fiscal permanente e contrarreformas no Brasil da redemocratização**. Crise do Capital e Fundo público: implicações para o trabalho, os direitos e a política social. São Paulo: Cortez Editora, 2019.

BEHRING, Elaine Rossetti. **Fundo Público, Valor e Política Social**. São Paulo: Cortez Editora, 2021.

BHATTACHARYA. Tithi. **O que é a Teoria da Reprodução Social?** Revista Outubro, n. 32, 1º semestre de 2019.

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo e Sociedade: para uma teoria geral da política**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

BOITO JR., Armando. **O Neofascismo no Brasil**. Boletim LIERI, UFRRJ, n.1, maio de 2019. Disponível em: <https://laboratorios.ufrj.br/lieri/wp-content/uploads/sites/7/2019/05/Boletim-1-O-Neofascismo-no-Brasil.pdf>. Acesso em 25/09/2022.

BOITO JR., Armando. **O Caminho Brasileiro para o Fascismo**. Caderno CRH, Salvador, v. 34, p. 1 - 23, 2021.

BORJA, Bruno. **O Capital e a Cultura: elementos de Economia Política da Cultura em Marx**. Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política, nº 56, maio–agosto de 2020.

BRADBURY, Ray. **Fahrenheit 451**. São Paulo: Globo, 2012.

CARCANHOLO, Marcelo. **A Crise do Capitalismo Dependente Brasileiro**. Dimensões da Crise Brasileira: dependência, trabalho e fundo público. Fortaleza: EdUECE, 2018

CAVALCANTE, Sávio. **Classe Média e Ameaça Neofascista no Brasil de Bolsonaro**. Crítica Marxista, n.50, p.121-130, 2020.

CISLAGHI, Juliana Fiuzza. **Do Neoliberalismo de Cooptação ao Ultraneliberalismo: respostas do capital à crise**. Esquerda Online, 2020. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2020/06/08/do-neoliberalismo-de-cooptacao-ao-ultraneliberalismo-respostas-do-capital-a-crise/#notas>. Acesso em 15/03/2023.

CISLAGHI, Juliana Fiuzza. **Ultraneoliberalismo e a Política dos Ressentidos**. Esquerda Online, 2020b. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2020/06/25/parte-iii-o-ultraneoliberalismo-e-a-politica-dos-ressentidos/>. Acesso em 17/03/2023.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O leitor de Gramsci: escritos escolhidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

FERGUSON, Susan. **Feminismos interseccional e da Reprodução Social: rumo a uma ontologia integrativa**. Cadernos Cemarx, n. 10, 2017.

FERGUSON, Susan; MCNALLY, David. **Capital, Força de Trabalho e Relações de Gênero**. Marxismo e a Opressão às Mulheres: rumo a uma teoria unitária. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica**. São Paulo: Globo, 2006.

FONSECA, Rhaysa Sampaio Ruas da. **Unidade, Diversidade, Totalidade: a Teoria da Reprodução Social e seus contrastes**. 2019. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Direito) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

FONSECA, Rhaysa Sampaio Ruas da. **Raça, Gênero e o Marxismo Amefricano: desfazer mitos, (re)construir caminhos de emancipação**. Revista Germinal, v.14, n.2, p.267-284, ago. 2022.

FONSECA, Rhaysa Sampaio Ruas da; ALENCAR, Thiago Romão de. **Para uma Análise Inicial dos Impactos do Ultraneoliberalismo Brasileiro sobre a Reprodução Social**. Revista Trabalho, Política e Sociedade, vol. 06, nº 10, p. 317 - 338, jan.-jun./2021.

FONTES, Virgínia. **Capitalismo, Crises e Conjuntura**. Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 130, p. 409 - 425, set./dez. 2017

FREDERICO, Celso. **Cotidiano e Arte em Lukács**. Estudos Avançados, v. 14, n. 40, p. 299 – 308, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/Ndyv5j6syh5xXBkLjN3Wmws/?lang=pt>. Acesso em 20 de novembro de 2021.

FREDERICO, Celso. **A Arte no Mundo dos Homens: o itinerário de Lukács**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 74ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere: volume I**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade do Serviço Social**. São Paulo: Cortez Editora, 1999.

GUERRA, Yolanda. **A Instrumentalidade no Trabalho do Assistente Social**. 2007. Disponível em: <http://www.uel.br/cesa/sersocial/pages/arquivos/GUERRA%20Yolanda.%20A%20instrumentalidade%20no%20trabalho%20do%20assistente%20social.pdf>. Acesso em 16 de junho de 2023.

HARVEY, David. **O Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

HARVEY, David. **O Enigma do Capital e as Crises do Capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HELLER, Agnes. **O Cotidiano e a História**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2000.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**. São Paulo: Cortez Editora, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Os Espaços Sócio Ocupacionais do Assistente Social**. Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS, 2009.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**. São Paulo: Cortez Editora, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social em Tempos de Mundialização do Capital**. Serviço Social na História: América Latina, África e Europa. São Paulo: Cortez Editora, 2019.

IASI, Mauro Luís. **Ensaio sobre Consciência e Emancipação**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

IASI, Mauro Luís. **O Serviço Social aos 80 Anos Diante de Um Novo Brasil**. Serviço Social e Sociedade, n. 128, p. 72 – 84, 2017.

IASI, Mauro Luís. **Prefácio: As trevas da noite e a esperança da Luz. Neofascismo, Autocracia e Bonapartismo no Brasil**. São Paulo: Instituto Caio Prado Jr., 2022.

IASI, Mauro Luís. **Apresentação - Uma sinfonia que segue sendo composta. Sinfonia Inacabada**. São Paulo: Boitempo, 2022b.

KONDER, Leandro. **Os Marxistas e a Arte: breve estudo histórico-crítico de algumas tendências da estética marxista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

KONDER, Leandro. **Introdução ao Fascismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1995.

LEÃO, Ricardo de Holanda. **Estética Marxista e Mediação Através da Arte: perspectivas do cotidiano profissional do(a) Assistente Social**. 2022. Tese

(Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2022.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **O Imperialismo Etapa Superior do Capitalismo**. Campinas: Navegando Publicações, 2011.

LÊNIN, Vladimir Ilitch. **Cadernos sobre a Dialética de Hegel**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2011b.

LIMA, Alice Maria Marinho Rodrigues; MORAES, André Pereira; MAGALHÃES, Belmira Rita da Costa; FERREIRA, Lígia dos Santos. **Função Social da Arte e Revolução Social: uma reflexão no âmbito da estética lukacsiana**. Ontologia, Estética e Crise Estrutural do Trabalho. Ceará: EdUECE, 2015.

LÖWY, Michael. **Da Tragédia à Farsa: o golpe de 2016 no Brasil**. Porque Gritamos Golpe? São Paulo: Boitempo, 2016.

LÖWY, Michael. **O Neofascista Bolsonaro Diante da Pandemia**. Blog da Boitempo, 2020. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2020/04/28/michael-lowy-o-neofascista-bolsonar-o-diante-da-pandemia/>. Acesso em 15 de outubro de 2021.

LUKÁCS, Georg. **Estética I: la peculiaridad de lo estético**. Barcelona: Grijalbo, 1982.

LUKÁCS, György. **Introdução aos Escritos Estéticos de Marx e Engels**. Cultura, Arte e Literatura: Marx e Engels. São Paulo: Instituto Lukács, 2020.

LUKÁCS, György. **Marx e o Problema da Decadência Ideológica**. Anuário Lukács 2015. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.

LUKÁCS, György. **Introdução a uma Estética Marxista: sobre a particularidade como categoria estética**. São Paulo: Instituto Lukács, 2018.

LUKÁCS, György. **A Destruição da Razão**. São Paulo: Instituto Lukács, 2020.

MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2008b.

MARX, Karl. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política (livro I)**. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Governo Bolsonaro: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil**. Revista Relações Internacionais (Lisboa), v. 36, p. 25 - 39, 2022.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Estado e Burguesia no Brasil: origens da autocracia burguesa**. São Paulo: Boitempo, 2015.

MAZZEO, Antonio Carlos. Notas Sobre Consciência e Mediação no Pensamento Marxiano. IFCH Unicamp, 2015. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2015/mesas/Antonio%20Mazzeo.pdf Acesso em 05 de março de 2022b.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Neofascismo: Expressão Ideológica da Crise Sistêmico-Estrutural do Tardio-Capitalismo – Reflexões Preliminares. Neofascismo, Autocracia e Bonapartismo no Brasil**. São Paulo: Instituto Caio Prado Jr., 2022.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Fundamentos Históricos da Autocracia Burguesa no Brasil. Independência do Brasil: a história que não terminou**. São Paulo: Boitempo, 2022b.

MAZZEO, Antonio Carlos. **Sinfonia Inacabada**. São Paulo: Boitempo, 2022c.

MÉSZÁROS, István. **A Crise Estrutural do Capital**. Revista Outubro, edição 04, 2000. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-4-Artigo-02.pdf>. Acesso em 08 de setembro de 2022.

- MÉSZÁROS, István. **O Poder da Ideologia**. São Paulo: Boitempo, 2004.
- MÉSZÁROS, István. **A Crise Estrutural do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- MIGUEL, Luís Felipe. **A Reemergência da Direita Brasileira**. O Ódio como Política. São Paulo: Boitempo, 2018.
- MOTA, Ana Elizabete. **A Cultura da Crise e as Ideologias do Consenso no Ultraneoliberalismo Brasileiro**. O Neofascismo no Poder (ano I): Análises críticas sobre o governo Bolsonaro. Rio de Janeiro: Consequência, 2019.
- NETTO, José Paulo. **Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal**. São Paulo: Cortez Editora, 1995.
- NETTO, José Paulo. **O Leitor de Marx**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- NETTO, José Paulo. **A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social**. Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional, s/d. Disponível em: https://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/07/projeto_etico_politico-j-p-netto_.pdf. Acesso em 14 de junho de 2023.
- NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez Editora, 2009.
- OLIVEIRA, Rayane Noronha. **Serviço Social, Classe, Gênero e Raça: tendências teórico-metodológicas e as possíveis contribuições da Teoria Unitária**. 2021. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2021.
- PAULANI, Leda Maria. **Uma Ponte para o Abismo**. Porque Gritamos Golpe? São Paulo: Boitempo, 2016.
- PARRA, Adriano. **Para uma Compreensão Materialista da Cultura: crítica à gnosologia formal das objetivações sociais**. Revista Marx e o Marxismo v.8, n.14, jan/jun 2020.

PERICÁS, Luiz Bernardo. **O Governo Bolsonaro e a Questão do Fascismo. Neofascismo, Autocracia e Bonapartismo no Brasil.** São Paulo: Instituto Caio Prado Jr., 2022.

PICCIN, Marcos Botton. **Gramsci e as Culturas Subordinadas.** Revista IDeAS, v. 4, n. 1, p. 09 - 40, jun/jul, 2010.

PINHEIRO, Milton. **Esboço sobre os Ciclos do Fascismo e do Antifascismo no Brasil. Neofascismo, Autocracia e Bonapartismo no Brasil.** São Paulo: Instituto Caio Prado Jr., 2022.

RAICHELIS, Raquel. **Polêmicas Teóricas na Análise Marxiana do Trabalho no Serviço Social.** Revista Em Pauta, 1º Semestre de 2018 - n. 41, v. 16, p. 154 - 170.

RUAS, Rhaysa. **Teoria da Reprodução Social: apontamentos para uma perspectiva unitária das relações sociais capitalistas.** Revista Direito e Práxis, vol. 12, n. 01, 2020, p. 379-415.

SANTOS, Sonara. **A Forma Necessária: ultraneoliberalismo, política social e conservadorismo moral sob o governo Bolsonaro.** Esquerda Online, 2019. Disponível em: https://esquerdaonline.com.br/2019/08/30/forma-necessaria-ultraneoliberalismo-politica-social-e-conservadorismo-moral-sob-governo-bolsonaro/#_ftn3.

Acesso em 27 de outubro de 2021.

SANTOS, Juliana Abramides dos. **Arte Urbana no Capitalismo em Chamas: pixo e graffiti em explosão.** 2019. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

SARAIVA, Clara Gomide. **Totalidade, Reprodução Social e Divisão Sexual-Racial do Trabalho no Capitalismo Dependente.** Revista Praia Vermelha, vol. 32, n. 01, jan-jun 2022, p. 48-73.

SCABELLO, Juliana Cristina. **A Arte como Mediação de Processos Emancipatórios na Práxis do Serviço Social.** Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais, 2022.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o Autoritarismo Brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SIMIONATTO, Ivete. **Classes Subalternas, Lutas de Classe e Hegemonia: uma abordagem gramsciana**. Revista Katálysis, Florianópolis, v. 12, n. 01, p. 41 - 49, jan./jun, 2009.

SOUSA, Adrianyce A. Silva de. **Lukács e o Serviço Social Brasileiro**. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. **O Conservadorismo Moderno: esboço para uma aproximação**. Serviço Social & Sociedade, n. 122, 2015.

TONET, Ivo. **A Propósito de “Glosas Críticas”**. Disponível em: https://ivotonet.xp3.biz/arquivos/a_proposito_de_glosas_criticas.pdf.

Acesso em 23/05/2023.

VÁZQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da Práxis**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

VOGEL, Lise. **Marxismo e a Opressão às Mulheres: rumo à uma teoria unitária**. São Paulo: Expressão Popular, 2022.

YAZBEK, Maria Carmelita. **O Significado Sócio-histórico da Profissão**. Serviço Social: Direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS, 2009.

YAZBEK, Maria Carmelita. **A Dimensão Política do Trabalho do Assistente Social**. Serviço Social & Sociedade, n. 120, p. 677 – 693, 2014.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Serviço Social, Questão Social e Políticas Sociais em Tempos de Degradação do Trabalho Humano, Sob o Domínio do Capital Financeiro**. Serviço Social em Revista, v. 21, n. 1, p. 183-194, 2018.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Serviço Social e seu Projeto Ético-Político em Tempos de Devastação: resistências, lutas e perspectivas**. Serviço Social na História: América Latina, África e Europa. São Paulo: Cortez Editora, 2019

Sonho Impossível

Sonhar mais um sonho impossível
Lutar quando é fácil ceder
Vencer o inimigo invencível
Negar quando a regra é vender
Sofrer a tortura implacável
Romper a incabível prisão
Voar num limite improvável
Tocar o inacessível chão
É minha lei, é minha questão
Virar esse mundo, cravar esse chão
Não me importa saber se é terrível demais
Quantas guerras terei que vencer por um pouco de paz
E amanhã, se esse chão que eu beijei
For meu leito e perdão
Vou saber que valeu, delirar e morrer de paixão
E assim, seja lá como for
Vai ter fim a infinita aflição
E o mundo vai ver uma flor
Brotar do impossível chão
Sonhar mais um sonho impossível
Lutar quando é fácil ceder

(Maria Bethânia)

Composição: Joe Darion / Chico Buarque / Ruy Guerra / Mitch Leigh

